

HISTÓRIA DO JORNALISMO EM PORTUGAL

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
15 E 16 DE OUTUBRO DE 2020

PROGRAMA E RESUMOS_

ORGANIZAÇÃO_

ICNOVA NOVA FCSH
PROJETO DE INVESTIGAÇÃO
PTDC/COM-JOR/28144/2017
PARA UMA HISTÓRIA DO JORNALISMO EM PORTUGAL

PROGRAMA

RESUMOS_

AVISO

Devido à pandemia de Covid-19, a participação na conferência e o acesso aos espaços é reservada aos congressistas inscritos com comunicação e ao staff do evento, da NOVA FSCH e do ICNOVA.

ORGANIZAÇÃO

Instituto de Comunicação da Nova - ICNOVA
Projeto Para uma história do jornalismo em Portugal (PTDC/COM-JOR/28144/2017)
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa – NOVA FCSH

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alberto Pena Rodríguez
Universidade de Vigo

Ana Cabrera
NOVA FCSH e IHC
Ana Isabel Reis
FLUP

Ana Teresa Peixinho
FLUC
Anabela de Sousa Lopes
ESCS.IPL e ICNOVA
Carla Baptista
NOVA FCSH e ICNOVA
Carla Rodrigues Cardoso
Universidade Lusófona

Carlos Camponez
FLUC
Eurico Dias
ISP

Helena Lima
FLUP

Jacinto Godinho
NOVA FCSH e ICNOVA

Jorge Pedro Sousa
UFP e ICNOVA

Maria Inácia Rezola
NOVA FCSH e IHC

Maria José Mata
ESCS.IPL e ICNOVA

Nelson Ribeiro
UCP

Nuno Bessa Moreira
FLUP

Paulo Faustino
FLUP

Renato Pinto Ferreira
ICNOVA

Rogério Santos
UCP

Suzana Cavaco
FEP

COMISSÃO ORGANIZADORA

Carla Baptista
NOVA FCSH e ICNOVA

Jorge Pedro Sousa
UFP e ICNOVA
Natália Honório Manso
ICNOVA – Secretariado
Patrícia Contreiras
ICNOVA – BGCT
Renato Ferreira
ICNOVA

LOCALIZAÇÃO

Campus de Campolide da Universidade Nova de Lisboa
Rua da Mesquita
Lisboa, Portugal

CONTACTOS

(web)
historiadjornalismo2020.fcsch.unl.pt
2ª Conferência
historiadjornalismo.fcsch.unl.pt
1ª Conferência

histjorn.fcsch.unl.pt
site do projeto

(e-mail)
historiadjornalismoemp Portugal@gmail.com
(telef.)
+ 351 919 832 058

A edição deste livro de Resumos é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/COM-JOR/28144/2017 – Para uma história do jornalismo em Portugal.

PROGRAMA

QUINTA-FEIRA

15/10_

9:00-10:00

REUNIÃO PRIVADA DOS INVESTIGADORES DO PROJETO
Auditório A14

9:30-10:30

ACREDITAÇÕES
Entrada do Colégio Almada Negreiros do campus de Campolide da Universidade Nova de Lisboa

10:00-10:30

ABERTURA DA CONFERÊNCIA

Auditório A14

Intervenções:

Francisco Rui Cádima (NOVA FCSH/ICNOVA)

Jorge Pedro Sousa (UFP/ICNOVA)

Carla Baptista (NOVA FCSH/ICNOVA)

10:30-12:00

HISTÓRIA DOS JORNALISTAS (1)

Auditório A14

Moderação:

Jorge Pedro Sousa (UFP/ICNOVA)

Intervenções:

Ana Teresa Peixinho (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/CEIS20):

Reflexões sobre a formação de jornalistas: 1880-1921

Carlos Camponez (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra): **Jornalista: história do domínio de um conceito**
Carla Baptista (NOVA FCSH/ICNOVA): **Quem eram e para que serviam os jornalistas aliados do regime?**

10:30-12:00

FONTES E METODOLOGIAS PARA A HISTÓRIA DO JORNALISMO (1)

Sala CAN 217

Moderação:

Carla Rodrigues Cardoso (Universidade Lusófona, CICANT)

Intervenções:

Eurico José Gomes Dias (ICPOL/ISCPSI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna) e **Nuno Bessa Moreira** (ULP – Universidade Lusófona do Porto/CITCEM): **Evocar o pioneirismo de Augusto Xavier da Silva Pereira na senda da História do Jornalismo em Portugal**

Eurico José Gomes Dias (ICPOL/ISCPSI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna) e **Alessandra Rodrigues Oliveira** (UFG – Universidade Federal de Goiás): **Os contributos pioneiros de Inocêncio Francisco da Silva para a História do Jornalismo entre Portugal e o Brasil**

Nuno Bessa Moreira (ULP – Universidade Lusófona do Porto/CITCEM) e **Duarte de Babo Marinho** (CEPESE; FLUP; CIJVS): **A perspectiva historiográfica de José Tengarrinha na História da Imprensa Periódica Portuguesa**

João Palmeiro (Associação Portuguesa de Imprensa), **Jorge Castilho** (Associação Portuguesa de Imprensa) e **Alda Delicado** (Associação Portuguesa de Imprensa): **Os Jornais Centenários Portugueses, notas para métricas e palavras-chave a utilizar no processo de digitalização tendo em vista as fontes para o estudo do jornalismo**

10:30-12:00

**HISTÓRIA DO JORNALISMO
ICONOGRÁFICO E DO DESIGN DE
MEIOS JORNALÍSTICOS (1)**

Sala CAN 209

Moderação:

Maria José Mata (Escola Superior de Comunicação Social/ICNOVA)

Intervenções:

Bruna Oliveira Santiago (FCSH NOVA): **Imprensa ilustrada em Portugal no pós-Ultimato: um estudo de caso do periódico *Africa Illustrada* (1892-1893)**

Joana Isabel Duarte (CITCEM-FLUP; TRAMA-Universidad de Lleida): **Imagens do cinema na imprensa especializada: da ilustração à fotografia (1912-1960)**

Álvaro Costa de Matos (Instituto de Comunicação e Instituto de História Contemporânea da FCSH - UNL): **O “lápiz vermelho”! Censura militar e jornalismo humorístico na I Guerra Mundial...**

Jorge Pedro Sousa (Universidade Fernando Pessoa e ICNOVA), **Helena Lima** (Faculdade de Letras da Universidade do Porto) e **Fátima Lopes Cardoso** (Escola Superior de Comunicação Social & ICNOVA): **O fotojornalismo durante o Sidonismo: estudo dos critérios de noticiabilidade da *Ilustração Portuguesa* (1917-1918)**

12:00-14:00

Intervalo

14:00-16:00

**HISTÓRIA DA IMPRENSA E AGÊNCIAS
DE NOTÍCIAS - MONARQUIA E I
REPÚBLICA**

Auditório A14

Moderação:

Nelson Ribeiro (Universidade Católica Portuguesa)

Intervenções:

Eurico Gomes Dias (ICPOL/ISCPSI - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna): **O fervor jornalístico português na Revolução Liberal de 1820**

Helena Lima (FLUP) e **Jorge Pedro Sousa** (UFP/ICNOVA): **Jornalismo do século XIX - Da Monarquia à República**

Jorge Pedro Sousa (UFP/ ICNOVA) e **Celiana Azevedo** (ICNOVA): **Revistas da Monarquia e I República: uma contribuição para a história da imprensa em Portugal**

Álvaro Costa de Matos (CML) e **Nuno Bessa Moreira** (ULP/CITCEM/FLUP): **Empresas jornalísticas e operariado gráfico na I República: problematização histórica a partir *lock-out* patronal de Junho de 1919**

José das Candeias Sales (Universidade Aberta e CHUL) e **Susana Mota** (CHAM, NOVA FCSH): **As agências de notícias portuguesas/em Portugal: um contributo para a sua história**

14:00-16:00

HISTÓRIA DOS JORNALISTAS (2)

Sala CAN 217

Moderação:

Carla Baptista (NOVA FCSH/ICNOVA)

Intervenções:

Ana Teresa Peixinho (Universidade de Coimbra/CEIS20) e **Luís Augusto Costa Dias** (Instituto de História Contemporânea, NOVA - FCSH): **A formação dos jornalistas no último quartel de oitocentos**

José Guilherme Victorino (CEIS20-UC / UAL): **Tomás Ribeiro Colaço: um caso singular no panorama do jornalismo português durante o salazarismo**

Isabel Pina (CESEM - NOVA FCSH): **A actividade jornalística de Fernando Lopes-Graça: crítica, musicologia e intervenção**
Carla Rodrigues Cardoso (Universidade Lusófona, CICANT) e **Pedro Marques Gomes** (ESCS-IPL e IHC/FCSH-NOVA): **Dois projetos distintos, a mesma irreverência:**

Artur Portela Filho e a criação do *Jornal Novo* (1975) e da *Opção* (1976)

14:00-16:00

HISTÓRIA DO JORNALISMO PORTUGUÊS E SOBRE PORTUGAL NO MUNDO

Sala CAN 209

Moderação:

Carlos Camponez (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

Intervenções:

Alberto Pena (Universidade de Vigo): **Singularidades do jornalismo português nos Estados Unidos: língua, diplomacia e publicidade (1920-1940)**

Marco Gomes (CEIS20/Universidade de Coimbra; CI&DEI - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria): **“La strada dell’intolleranza”: o jornalismo português nas páginas da imprensa italiana durante a Revolução de Abril (1974-1976)**

Clara Gomes (ICNOVA): **Freedom of the Portuguese press during the transition period in Macau**

16:00-16:30

Intervalo

16:30-18:00

HISTÓRIA DA IMPRENSA E AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS - DITADURA, ESTADO NOVO E III REPÚBLICA

Auditório A14

Moderação:

Alberto Pena (Universidade de Vigo)

Intervenções:

Ana Cabrera (NOVA IHC): **O jornalismo português no processo de construção do Estado Novo**

Renato Pinto Ferreira (Universidade Fernando Pessoa/ICNOVA): **Luís Caldeira**

Lupi - pistas para entender quem foi o criador da ‘Lusitânia’

Maria Inácia Rezola (NOVA IHC/ESCS/IPL): **Inconveniente, especulativo, impróprio: a censura à imprensa no Marcelismo, entre a renovação e a continuidade**

Helena Lima (FLUP): **Imprensa estatizada e iniciativa privada no período pós-Revolucionário: processos de transformação editorial dos jornais portugueses**

Carla Rodrigues Cardoso (Universidade Lusófona, CICANT): **Quando a newsmagazine se tornou um hábito em Portugal: Sábado - I Série (1988-1993)**

16:30-18:00

HISTÓRIA DO NEGÓCIO JORNALÍSTICO

Sala CAN 217

Moderação:

Eurico José Gomes Dias (ICPOL/ISCPSP - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna)

Intervenções:

Pedro Almeida Leitão (CITCEM/FLUP): **As contas e os negócios d’O Século. Evolução económico-financeira do “jornal de maior circulação em Portugal”**

João Palmeiro (Associação Portuguesa de Imprensa): **De Abril de 1974 a 1990, o negócio da Imprensa em Portugal e a intervenção do Estado**

16:30-18:00

HISTÓRIA DA IMPRENSA E DO SEU DISCURSO (1)

Sala CAN 209

Moderação:

Anabela de Sousa Lopes (Escola Superior de Comunicação Social/ICNOVA)

Intervenções:

João Palmeiro (Associação Portuguesa de Imprensa) e **Jorge Castilho** (Associação

Portuguesa de Imprensa): **Os Jornais Centenários Portugueses, a sua identidade, filiação ideológica e referentes legais**

Michele Nacif Antunes (Universidade Federal do Espírito Santo), **Susana Silva Pereira** (Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Universidade de Lisboa), **José Luís Zêzere** (Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Universidade de Lisboa) e **Adauto Emmerich Oliveira** (Universidade Federal do Espírito Santo): **"Lugar de memória": o Diário de Notícias e a cobertura dos 10 maiores desastres hidrogeomorfológicos em Portugal**

Michele Nacif Antunes (Universidade Federal do Espírito Santo), **Susana Silva Pereira** (Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Universidade de Lisboa), **José Luís Zêzere** (Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Universidade de Lisboa) e **Adauto Emmerich Oliveira** (Universidade Federal do Espírito Santo): **Virando a página: o Diário de Notícias e o jornalismo de desastre hidro-geomorfológicos no fim da monarquia portuguesa**

Duarte de Babo Marinho (CEPESE, FLUP, CIJVS) e **Nuno Bessa Moreira** (ULP, CITCEM-FLUP, CIJVS): **O Ultimato Inglês de 1890 na imprensa de Guimarães**

SEXTA-FEIRA

16/10_

8:45-9:30

Acreditações

9:00-10:30

HISTÓRIA DO RADIOJORNALISMO

Anfiteatro A224

Moderação:

Maria Inácia Rezóla (IHC/ESCS/IPL)

Intervenções:

Fernando Neves (ISCTE-IUL): **O Rádio Clube Português e a Guerra Civil Espanhola**

Nelson Ribeiro (Universidade Católica Portuguesa): **A Informação no Serviço Ultramarino da Emissora Nacional 1954-1961**

Ana Isabel Reis (Faculdade de Letras da Universidade do Porto): **A escola do microfone: o contributo das rádios piratas para a formação dos jornalistas radiofónicos**

Rogério Santos (Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Universidade Católica Portuguesa): **A informação radiofónica a partir dos relatórios anuais do provedor do ouvinte**

9:00-10:30

HISTÓRIA DO TELEJORNALISMO (1)

Sala CAN 217

Moderação:

Jacinto Godinho (NOVA FCSH/ICNOVA)

Intervenções:

Celiana Azevedo (Universidade Nova de Lisboa/ICNOVA), **Catarina Valada** (Universidade Nova de Lisboa), **Joana Gil** (Universidade Nova de Lisboa), **Maria Leonor Moura** (Universidade Nova de Lisboa) e **Pedro Alves Godinho** (Universidade Nova de Lisboa): **Entre Salazar e Caetano: A ação política e propagandística do Estado Novo na RTP**

Caroline Ribeiro de Almeida (ISCTE-IUL) e **Ilo Alexandre** (ICNOVA, NOVA FCSH): **Sensacionalismo no prime-time português: o impacto da CMTV nas coberturas policiais nos telejornais da RTP 1, SIC e TVI**

9:00-10:30

HISTÓRIA DA IMPRENSA E DO SEU DISCURSO (2)

Sala CAN 219

Moderação:

Jorge Pedro Sousa (Universidade Fernando Pessoa e ICNOVA)

Intervenções:

Paulo Bruno Alves (Escola Superior de Educação de Viseu - Instituto Politécnico de Viseu): **A ação de combate da imprensa católica na Primeira República (1910-1926): um olhar sobre a 'guerra religiosa' em que mergulhou o país**

Pedro Marques Gomes (IHC-FCSH/NOVA e ESCS-IPL): **Em defesa da Liberdade de Imprensa: a Constituição de 1976**

Mafalda Lobo (CECS e ICNOVA): **Jornalismo económico em Portugal: história e práxis em contexto de crise económico-financeira (2011-2014)**

10:30-11:00

Intervalo

11:00-12:30

HISTÓRIA DO TELEJORNALISMO (2)

Anfiteatro A224

Moderação:

Carla Baptista (NOVA FCSH/ICNOVA)

Intervenções:

Jacinto Godinho (NOVA FCSH/ICNOVA): **O Telejornal antes e depois da Revolução de Abril de 1974: de “Soldado para a Guerra” a “Soldado para a Revolução”**

Anabela de Sousa Lopes (ESCS/IPL/ICNOVA) e **Manuel Coutinho** (ICNOVA / NOVA FCSH): **Os programas de informação no segundo canal da RTP: de 1992 a 2001**

11:00-12:30

HISTÓRIA DA IMPRENSA E DO SEU DISCURSO (3)

Sala CAN 219

Moderação:

Nuno Bessa Moreira (ULP/CITCEM/FLUP)

Intervenções:

Mariana Calado (CESEM / NOVA FCSH): **Um olhar sobre a imprensa periódica de música na década de 1920, em Portugal**
Joana Isabel Duarte (CITCEM-FLUP; TRAMA-Universidad de Lleida): **«Se não se podem ver filmes, leiam-se as revistas».** **Imprensa de cinema em Portugal no século XX**

Jair Rattner (ICNOVA): **Capelães do contra - textos de capelães que se opunham à linha oficial em jornais de unidades militares durante a Guerra Colonial**

12:30-14:30

Intervalo

14:30-16:30

HISTÓRIA DO JORNALISMO ICONOGRÁFICO E DO DESIGN DE MEIOS JORNALÍSTICOS (2)

Anfiteatro A224

Moderação:

Ana Teresa Peixinho (Universidade de Coimbra/CEIS20)

Intervenções:

Jorge Pedro Sousa (Universidade Fernando Pessoa/ICNOVA): **Jornalismo iconográfico em Portugal das origens a 1926: intérpretes, constantes e linhas de força**

Maria José Mata (Escola Superior de Comunicação Social - ESCS/IPL e ICNOVA): **Os fotógrafos dos jornais diários durante o Estado Novo**

Maria Assunção Duarte (NOVA FCSH): **A infografia na imprensa digital e as pandemias do Século XXI: os casos da GRIPE-A e da COVID-19**

14:30-16:30

HISTÓRIA DA IMPRENSA E DO SEU DISCURSO (4)

Sala CAN 217

Moderação:

Renato Pinto Ferreira (Universidade Fernando Pessoa/ICNOVA)

Intervenções:

Eduardo Cintra Torres (CECC e CEIS20): **A publicidade na imprensa popular portuguesa, 1895-1904**

Jair Rattner (ICNOVA): **Comandos numa encruzilhada - como o 25 de abril foi apresentado na revista da escola de comandos em Angola**

Ana Rita Alves (CIES/ ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa): **As Forças Populares 25 de Abril na imprensa portuguesa do século XX: uma retrospectiva ao modo como o fenómeno terrorista foi noticiado em Portugal**

Pamela Peres Cabreira (IHC, NOVA FCSH): **O discurso jornalístico português sobre feminicídio sob um viés histórico sociopolítico (2005-2020)**

14:30-16:00

FONTES E METODOLOGIAS PARA A HISTÓRIA DO JORNALISMO (2)

Sala CAN 219

Moderação:

Eurico José Gomes Dias (ICPOL/ISCPSI - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna)

Intervenções:

Álvaro Costa de Matos (ICNOVA e IHC - NOVA): **Para uma Epistemologia da Imprensa Humorística: uma aproximação teórica e metodológica ao problema...**

Manuel João de Carvalho Coutinho (ICNOVA): **Jornalismo literário português: história, jornalistas e a reportagem escrita**

Celiana Azevedo (Universidade Nova de Lisboa/ICNOVA) e **Maria Inácia Rezola** (ESCS-IPL e IHC-UNL): **Uma perceção multidimensional da História do Jornalismo em Portugal na viragem do século (1980-2020)**

16:00-16:30

Intervalo

16:30-18:00

HISTÓRIA DO JORNALISMO ICONOGRÁFICO E DO DESIGN DE MEIOS JORNALÍSTICOS (3)

Anfiteatro A224

Moderação:

Maria José Mata (Escola Superior de Comunicação Social/ICNOVA)

Intervenções:

Ana Cristina Cruz (Associação Portuguesa de Imprensa): **A sátira e a caricatura na imprensa centenária portuguesa**

Fátima Lopes Cardoso (Escola Superior de Comunicação Social - ESCS-IPL, UAL e ICNOVA): **Fotografia digital: mudanças no modo de ver e nas rotinas de produção dos fotojornalistas portugueses, no início de um novo milénio**

Milton Cappelletti (IADE- Universidade Europeia): **Análise da evolução do Design de Informação nas infografias dos resultados das eleições legislativas: um estudo de caso dos jornais *Público*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias***

Paulo Bruno Alves (Escola Superior de Educação de Viseu - Instituto Politécnico de Viseu): **O ciberjornalismo de proximidade e a convergência possível numa redação de jornalistas: o caso da nova imagem digital do *Jornal da Beira* (Viseu, 1921-mantém publicação)**

RESUMOS

15/10_

HISTÓRIA DOS JORNALISTAS (1)

Enquadramento

Este painel apresenta uma visão da história dos jornalistas portugueses, articulada a partir de três perspetivas: a formação dos jornalistas entre o último quartel do século XIX e o primeiro do século XX; a evolução do conceito de jornalistas e respetivas categorias socioprofissionais e o processo de formação de uma elite de jornalistas próxima do regime do Estado Novo e ocupando cargos diretivos nos principais órgãos de comunicação social.

A evolução do conceito de jornalista e das suas categorias socioprofissionais, tal como foi sendo sedimentado na lei e na cultura associativa, através do Sindicato Nacional dos Jornalistas, abarca alguns elementos de referência da sociologia para o reconhecimento das profissões, nomeadamente: a constituição de uma área de saber; a criação de mecanismos de controlo e de acesso à profissão; e a constituição de um campo de valores próprios, constitutivos de uma identidade socioprofissional (Rodrigues, 2002). Não esquecendo a crítica mais recente da sociologia das profissões sobre estes modos de definir as profissões, consideramos que eles poderão, ainda assim, servir de referência para delimitar alguns campos de estudo para uma história dos jornalistas em Portugal.

O painel pretende assim responder a um conjunto de questões, designadamente: Quem eram e o que pensavam os jornalistas portugueses sobre a sua profissão? Que competências, literacias, educação, valores e missão social elegeram como constitutivas do exercício profissional? Que relações associativas, sindicais e mutualistas

fundaram e alimentaram? Como perspetivaram a sua relação com o poder político e com a sociedade? Como enquadraram em contexto sindical e associativo o valor da liberdade de expressão e o conceito de serviço público? Que perceção da profissão emerge da discussão tida entre pares, ao nível do papel social, das motivações? Qual o papel do Sindicato Nacional dos Jornalistas na organização da profissão?

As três intervenções que constituem este painel estão articuladas de modo a capturar momentos chave na dinâmica de construção de um profissionalismo jornalístico em Portugal, em diálogo com a história social e política do país.

Reflexões sobre a formação de jornalistas: 1880-1921

Ana Teresa Peixinho
Faculdade de Letras da Universidade de
Coimbra/CEIS20
apeixinho71@gmail.com

Resumo

O período entre o último quartel do século XIX e o primeiro do século XX, em que ocorreram assinaláveis transformações no mundo dos jornais (Dias, 2014; 2017; 2018) e em que a “opinião pública ascendeu à maioria” (Sardica, 2012: 348), corresponde também ao tempo da construção dos alicerces do novo campo profissional (Miranda, 2008). Reclamando um estatuto próprio e cientes do seu progressivo poder, estes jornalistas procuram redefinir as fronteiras do seu campo de atuação e distinguir-se da esfera literária e política, até então representada pelo ‘homem de letras’.

Inicia-se, assim, um movimento associativo no seio do qual se discute um conjunto de questões de identidade organizativa (Sardica, 2012). Entre 1880, ano da criação da primeira Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, até 1821, data da fundação do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, em Portugal, fundam-se seis associações em Lisboa e no Porto, embora algumas de existência muito efémera (Vargues, 2003), e organiza-se o V Congresso Internacional da Imprensa em Lisboa em 1898.

O tema da formação dos jornalistas emerge precisamente no âmbito dos debates dentro deste movimento associativo que se inicia no final de oitocentos (Sousa, 2009; Sousa e Teixeira, 2011; Valente, 1998). Propõe-se, nesta comunicação, descrever e problematizar o modo como os jornalistas e intelectuais portugueses discutiram esta questão e de que forma ela acompanhou as dinâmicas de afirmação e autonomização profissional ao longo deste período. Para o efeito, recorrer-se-á à leitura da documentação que foi sendo publicada por algumas destas associações.

Jornalista: história do domínio de um conceito

Carlos Camponez
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
carlos.campones@fl.uc.pt

Resumo

O conceito de jornalista estabiliza-se, em Portugal, a partir de 1934, com a criação do Sindicato Nacional de Jornalistas e por decisão do INTP (Sobreira, 2003), destacando-se das denominações de profissionais da imprensa ou de homens de letras, que lhe estavam frequentemente associados. Este é um ato institucionalizador que decorre em grande medida das políticas do Estado Novo de criação dos sindicatos nacionais de representação única de categoria profissional. Através do estudo que desenvolvemos procuraremos analisar como esta estabilização do conceito de jornalista se reflectiu na constituição dos seus diferentes perfis, o redactor, o repórter, o repórter fotográfico, através dos diferentes documentos legais sobre a profissão. Não entendendo nós a lei como uma mera expressão narrativa e normativa da evolução social, sobretudo num contexto de ditadura, ela não deixa de exprimir estados, relações de força e tensões que importa estudar. Este facto é particularmente notório no caso dos jornalistas durante a ditadura. Visto como uma forma de controlo da profissão pelo Estado Novo, o Sindicato Nacional de Jornalistas constituiu-se, entre 1934 a 1974, num núcleo de criação da consciência socioprofissional dos jornalistas e num crescendo de tensão com a ditadura, determinantes da sua continuidade depois da Revolução dos Cravos.

Quem eram e para que serviam os jornalistas aliados do regime?

Carla Baptista

NOVA FCSH/ICNOVA
carlamariabaptista@gmail.com

Resumo

Esta comunicação analisa o percurso de um pequeno número de jornalistas, ocupando lugares de topo na hierarquia da profissão (entre proprietários de jornais, diretores de jornais, chefes de redação, diretor de telejornal e comentadores da RTP), que foram peças decisivas para alimentar a retórica política do salazarismo e do caetanismo, e aliados centrais em momentos de maior tensão ou mesmo crise do regime. Através da interpretação do seu percurso biográfico, da análise de algumas intervenções públicas e de textos de autorreflexão sobre a missão do jornalismo, procuraremos identificar quais os principais meios de comunicação mobilizados para esta *task force* jornalística de apoio ao regime, e as suas principais linhas e processos de intervenção (editoriais, artigos de opinião, comentários televisivos). Iremos ainda refletir sobre a forma como ajudaram a moldar a definição da profissão durante os 40 anos de vigência da ditadura, e as relações que cultivaram com o poder político, marcada por ambiguidades, pois a partilha ideológica nem sempre se traduziu, de forma literal, na adoção de uma postura acrítica ou pouco refletida sobre o papel e a missão social do jornalismo.

10:30-12:00

FONTES E METODOLOGIAS PARA A HISTÓRIA DO JORNALISMO (1)

Evocar o pioneirismo de Augusto Xavier da Silva Pereira na senda da História do Jornalismo em Portugal

Eurico José Gomes Dias

ICPOL/ISCPSI - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
eurico_dias@sapo.pt

Nuno Bessa Moreira
ULP - Universidade Lusófona do Porto/CITCEM
knunoclio@gmail.com

Resumo

Esta apresentação pretende evocar o pioneirismo bibliográfico de Augusto Xavier da Silva Pereira [1838-1902] e do seu *Diccionario Jornalístico Portuguez* [vols. I-III, manuscritos], uma ferramenta de auxílio ainda pouco conhecida no âmbito da Historiografia do Jornalismo português e brasileiro. Augusto Xavier da Silva Pereira nasceu em Lisboa a 18 de Maio de 1838, onde fez estudos primários e secundários. Em 1859 foi nomeado amanuense da Repartição de Estatística do Ministério das Obras Públicas, depois indigitado como chefe de secção na Repartição Central de Estatística até que, em 1899, promovido a 1.º oficial da secção arquivista do Conselho Superior do Comércio, aonde trabalhou até falecer, a 22 de Janeiro de 1902.

O objectivo primordial do *Diccionario Jornalístico Portuguez* foi, essencialmente, compilar o volumoso conjunto de informações dispersas sobre os jornais portugueses desde o nascimento da imprensa periódica, iniciada, na sua óptica, em 1625, até ao marco cronológico de 1889, coincidindo com o ano da morte de D. Luís I. O conjunto da obra seria comprado pela Academia Real das Ciências de Lisboa à viúva do Autor, D.ª Maria Francisca de Sá da Silva Pereira, em 1914 e por 170 réis, com o compromisso da sua imediata impressão, o que não sucedeu por múltiplas razões, não obstante a sua edição digital em 2008.

Este monumental conjunto de informações bibliográficas deve ser entendido na perspectiva metodológica do *Diccionario*

Bibliographico Portuguez [1858-1972], iniciado por Inocêncio Francisco da Silva [1810-1876]. Não obstante a sua edição limitada em formato digital, esta obra encontra-se praticamente inexplorada, justificando-se a sua edição transcrita e crítica.

Repositório das manifestações políticas, sociais e culturais desde a Restauração de 1640, percorrendo o *Século das Luzes*, as lutas liberais e a Regeneração, o *Diccionario Jornalístico Portuguez* é considerado unanimemente uma fonte histórica incontornável para os órgãos noticiosos portugueses, sem descurar outros exemplos na imprensa periódica brasileira e europeia.

Palavras-chave: Augusto Xavier da Silva Pereira; *Diccionario Jornalístico Portuguez*; Jornalismo; História; Portugal

Os contributos pioneiros de Inocêncio Francisco da Silva para a História do Jornalismo entre Portugal e o Brasil

Eurico José Gomes Dias
ICPOL/ISCPSI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
eurico_dias@sapo.pt

Alessandra Rodrigues Oliveira
UFG – Universidade Federal de Goiás

alessandranaju@gmail.com

Resumo

Nos meandros actuais da investigação histórica sobre a Imprensa, ou o Jornalismo, tanto em Portugal como no Brasil, o protagonismo pioneiro e autodidacta de Inocêncio Francisco da Silva [1810-1876] destacou-se desde a primeira hora entre nós. Nesse sentido, entre uma vida dedicada à História e à Cultura luso-brasileira, na senda de Alexandre Herculano [1810-1877], igualmente seu amigo, o Autor evidenciou a importância crescente dos jornais, no seio da intelectualidade novecentista. Trata-se do mais destacado bibliógrafo lusófono, responsável por compilar toda a informação humanamente possível sobre autores de Língua Portuguesa até meados do século XIX. É sobejamente reconhecido por ser o impulsionador do *Diccionario Bibliographico Portuguez* [vols. I-XXIV, 1858-1972], posteriormente continuado por outros colaboradores e discípulos. Ilustre herdeiro bibliófilo do insigne Diogo Barbosa Machado [1682-1772], autor da proficiente *Bibliotheca Lusitana* [vols. I-IV, 1741-1759], o célebre *Diccionario* é, ainda actualmente, uma ferramenta de investigação indispensável para o estudo dos jornalistas e periódicos no mundo lusófono, patente no seu subtítulo, evidenciasse serem “estudos aplicáveis a Portugal e ao Brasil”. Mentor deste esforço colossal de erudição, o Autor redigiria os primeiros dez volumes do *Diccionario Bibliographico Portuguez* entre 1858 e 1870, sendo os restantes volumes continuados pelo erudito autodidacta, e jornalista, Pedro Wenceslau de Brito Aranha [1833-1914]. Foi uma obra monumental editada sempre com a chancela da Imprensa Nacional, sedeadada em Lisboa, e contaria com outros participantes, entre os quais, José Joaquim Gomes de Brito [1843-1923] e Álvaro Neves [1883-1948], tal como

Ernesto Soares [1887-1966] e Martinho Gomes da Fonseca [1890-1972], etc. Assim sendo, pretendemos evocar uma obra magistral para a História da imprensa periódica portuguesa e brasileira, e que seria o modelo formal para um título fundamental da Historiografia jornalística: o *Diccionario Jornalístico Portuguez* [vols. I-XIII, manuscritos], de Augusto Xavier da Silva Pereira [1838-1902], ainda inédito e patente na Academia das Ciências de Lisboa.

Palavras-chave: Inocêncio Francisco da Silva; *Diccionario Bibliographico Portuguez*; Jornalismo; Portugal; Brasil

A perspectiva historiográfica de José Tengarrinha na *História da Imprensa Periódica Portuguesa*

Nuno Bessa Moreira
ULP; CITCEM/ FLUP; CIJVS
knunoclio@gmail.com

Duarte de Babo Marinho
CEPESE; FLUP; CIJVS

babo.dmmbm@gmail.com

Resumo

Esta comunicação divide-se em duas partes. A primeira tem como objectivo abordar e situar o percurso biobibliográfico do autor, antes e depois da publicação da *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, em 1965, que viria a ser reeditada em 1989. Na segunda parte procura-se analisar esta obra, numa perspectiva histórico-historiográfica, tendo em consideração os dois trabalhos pioneiros de Jorge Pedro Sousa sobre a matéria em apreço: *Para uma historiografia da historiografia portuguesa do jornalismo (...)* e *As histórias da imprensa de Nelson Werneck Sodré e de José Manuel Tengarrinha: uma comparação*. Metodologicamente, esta comunicação cruza a crítica de fontes com a análise de conteúdos.

José Manuel Tengarrinha nasceu em Portimão (Algarve) no dia 12 de Abril de 1932. Faleceu em Lisboa no dia 29 de Junho de 2018.

Após o 25 de Abril de 1974 a actividade política de Tengarrinha, que se destacara na Oposição ao Estado Novo, manteve-se. Viu o MDP ser legalizado em Agosto de 1974 e foi eleito deputado à Assembleia Constituinte, entre 1975-1976. Foi eleito quatro vezes deputado à Assembleia da República. A sua carreira como deputado terminou em 1987. Nesse mesmo ano, os agravos entre o PCP e o MDP provocaram uma cisão na coligação e este último entrou em notório declínio, até à sua dissolução em 1994.

Com a extinção do MDP, Tengarrinha afastou-se da vida política durante algumas décadas. Todavia, em 2015, foi eleito membro da assembleia do LIVRE.

Quanto aos resultados, esta investigação comprova a interpenetração entre o percurso social e político do historiador e a obra em análise, destacando-se, nas conclusões desta comunicação, a possível

ligação entre os conceitos historiográficos operatórios nela utilizados, a segunda fase dos Annales, a Nova História Social e o Marxismo.

Palavras-chave: Tengarrinha; historiografia; imprensa; política; Marxismo

Os Jornais Centenários Portugueses, notas para métricas e palavras-chave a utilizar no processo de digitalização tendo em vista as fontes para o estudo do jornalismo

João Palmeiro
Associação Portuguesa de Imprensa
jpalmeyro@apimprensa.pt

Jorge Castilho

Associação Portuguesa de Imprensa
jorgecastilho@apimprensa.pt

Alda Delicado
Associação Portuguesa de Imprensa
aldadelicado@gmail.com

Resumo

As publicações periódicas são sempre consideradas importantes fontes para a investigação histórica e muitas vezes as únicas que permitem escrever, para além da história dos factos, também a história das intenções das previsões e, seguramente neste século XXI, das perceções. Esta é a visão da imprensa como fonte externa que a digitalização crescente dos conteúdos vai tornar sempre mais importante, mesmo quando comparada com a crescente digitalização de bibliotecas e arquivos. Mas as publicações centenárias portuguesas, pelo seu longo tempo de vida e pelo número extraordinário quando comparado com outros países, oferecem também uma possibilidade única como fontes internas, para a análise e compreensão do jornalismo, do seu papel em cada momento da sociedade e da evolução dos conceitos de notícia e de ato jornalístico.

O que se pretende com esta comunicação é fazer o ponto de situação do estado de digitalização dos jornais centenários portugueses e propor métricas e palavras chave e meta dados que permitirão uma mais fácil e segura utilização dos conteúdos publicados e dos modelos gráficos destas publicações centenárias como fontes para a história do jornalismo português. Existem, em 2020, 36 publicações periódicas em Portugal que se publicam ininterruptamente há mais de 100 anos. O objetivo desta comunicação está também fundado na criação de um Centro Internacional para o estudo e interpretação dos Jornais centenários, e uma Fundação Portuguesa dos Jornais Centenários.

Palavras-chave: Jornais centenários; fontes; digitalização; metadados; jornalismo

10:30-12:30

HISTÓRIA DO JORNALISMO ICONOGRÁFICO E DO DESIGN DE MEIOS JORNALÍSTICOS (1)

Imprensa ilustrada em Portugal no pós- Ultimato: um estudo de caso do periódico *Africa Illustrada* (1892-1893)

Bruna Oliveira Santiago
NOVA FCSH
bruna.santiago@campus.fcs.unl.pt

Resumo

A presente comunicação tem como objetivo apresentar um estudo de caso sobre um periódico ilustrado que circulou em Lisboa entre 1892 e 1893, o *Africa Illustrada*, editado por Henrique Dias de Carvalho. A análise do conteúdo imagético e textual da revista possibilita a caracterização de aspetos importantes de sua produção, principalmente no que se refere à divulgação do relato de viagem e do álbum fotográfico, ambos elaborados durante a expedição que Dias de Carvalho realizou à África em 1884. O exame do periódico e sua contextualização no meio editorial português da época permite inferir de que maneira ele colaborou para o conhecimento do território africano e sua valorização nos primeiros anos da década de 1890. A despeito do curto período de circulação de apenas dois anos, tratou-se de um exemplo significativo do papel da imprensa como auxiliar no que diz respeito à valorização dos territórios coloniais africanos num contexto pós-Ultimato.

Palavras-chave: Imprensa ilustrada; Colonialismo; África; Século XIX

Imagens do cinema na imprensa especializada: da ilustração à fotografia (1912-1960)

Joana Isabel Duarte
CITCEM-FLUP; TRAMA-Universidad de
Lleida
joanaisabelfduarte@gmail.com

Resumo

Desde cedo que o cinema encontrou acolhimento na imprensa. Inicialmente parca em imagens, a imprensa cinematográfica irá adotar, progressivamente, um uso da ilustração, fotografia e grafismo que tornam estas revistas e jornais objetos de coleção. O cinema apresenta, por definição, uma certa dificuldade em ser fixável, já que é composto por imagens em movimento. Contudo, os seus heróis - as "estrelas" de cinema -, revelam-se permeáveis a essa captação, através do retrato fotográfico. No entender de John Kobal (1988), «anyone who has ever glanced through an old Hollywood magazine (...) knows moving images may have made the film industry, but stills [photos] kept them alive». Com efeito, a consulta desta imprensa evidencia a "exigência" do público pela publicação de imagens dos intérpretes do cinema. Será objetivo desta apresentação questionar o papel das imagens nas revistas de cinema, analisando de que forma se passa da ilustração à fotografia e, bem assim, demonstrar como os anos 20 a 40 são os anos do "culto das vedetas", enquanto na década de 50 privilegiar-se-á não a publicação de retratos das "estrelas" e dos "astros" do cinema, mas antes a inclusão de fotogramas e fotografias de cena. A imagem, nesta década, é um veículo para o conhecimento dos filmes (muitas vezes sem estreia em Portugal): já

não alimenta apenas as paixões pelos intérpretes do ecrã. As revistas de cinema, sob o ponto de vista imagético, são, assim, um reflexo de ideologia(s) e de formas de entender e de nos relacionarmos com o cinema. A metodologia empregue neste estudo foi a consulta de todas as revistas de cinema publicadas em Portugal, bem como a reflexão bibliográfica no âmbito dos *star studies*, nos estudos da imagem e cinematográficos.

Palavras-chave: Imprensa de cinema em Portugal; revistas de cinema; estrelas de cinema

O “lápis vermelho”! Censura militar e jornalismo humorístico na I Guerra Mundial...

Álvaro Costa de Matos
ICNOVA e IHC NOVA FCSH
alvarocmatos@hotmail.com

Resumo

Esta comunicação pretende contribuir para a reconstituição histórica da criação, disseminação e impacto político, social e cultural do jornalismo humorístico da I República no contexto da I Guerra Mundial e da censura militar à imprensa. Começaremos com uma abordagem teórica aos conceitos de imprensa, esfera pública, opinião pública e censura, numa perspectiva histórica. De seguida, ocupar-nos-emos do estudo de caso, o bissemanário lisboeta *Os Ridículos*, o mais importante jornal humorístico que se publicou em Portugal nos anos da Grande Guerra, dirigido por Cruz Moreira (o célebre “Caracoles”). Que folha era esta que viveu a sua série de ouro entre 1914 e 1918? Quem eram os seus jornalistas e cartoonistas? Qual a sua linha editorial? Que influência exerceu na opinião pública? Como é que este periódico humorístico se posicionou face à intervenção de Portugal na I Guerra

Mundial? Qual a visibilidade desta nas suas 4 páginas bissemanais? Que tipo de humor predominou? Qual o papel que *Os Ridículos* tiveram manutenção e/ou renovação da arte da caricatura e do *cartoon* humorísticos ou mesmo na introdução de novas correntes estéticas? Finalmente, como é que este jornal se relacionou com a censura militar aplicada durante a I Guerra Mundial? Esboçou algumas estratégias para contornar a acção do “lápis vermelho” sobre a prosa jornalística e os desenhos humorísticos, que todas as quartas-feiras e sábados animavam os espaços públicos lisboetas? O que é que foi censurado, e porquê? Quais os resultados da acção repressiva da censura militar? Respondidas estas questões, terminaremos com a fixação de alguns pressupostos historiográficos para um novo olhar sobre a imprensa humorística na I República e a sua relação com o poder político. Pressupostos que, numa análise mais sistemática, nos permitirão reequacionar ou mesmo desconstruir algumas das ideias feitas acerca da censura militar praticada pelo regime republicano. Objectivo último: tornar mais inteligível o tema do discurso, da circulação e do debate político sobre o jornalismo humorístico vivido na época aqui retratada.

Palavras-chave: Jornalismo humorístico; história da imprensa; I República; censura militar; opinião pública

O fotojornalismo durante o Sidonismo: estudo dos critérios de noticiabilidade da Ilustração Portuguesa (1917-1918)

Jorge Pedro Sousa
Universidade Fernando Pessoa & ICNOVA
jpsousa@ufp.edu.pt

Helena Lima
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
hldlima@gmail.com

Fátima Lopes Cardoso
Escola Superior de Comunicação Social &
ICNOVA
fatimalcardoso@gmail.com

Resumo

O regime de Sidónio Pais promoveu uma encenação pública do poder centrada no chefe. Ao tempo, o fotojornalismo era já uma prática consolidada, ganhando expressão na *Ilustração Portuguesa*, única revista ilustrada de informação geral que circulava em Portugal. De que maneira o discurso fotográfico refletiu, cronologicamente, a marcha do tempo e a coreografia do poder orquestrada pelo Sidonismo e como é que isto se entrelaçou com, ou afetou, os princípios da noticiabilidade e os critérios de valor-notícia? Esta investigação procura responder à questão, recorrendo a uma análise do discurso qualitativa das manifestações fotográficas do Sidonismo na referida revista. Concluiu-se que o discurso fotográfico da *Ilustração Portuguesa* alimentou o mito de Sidónio Pais, afetando o imaginário e a memória histórica, e que os critérios de noticiabilidade foram influenciados de maneira a acomodar o discurso mediático à situação política. A notoriedade da personagem sobrepôs-se a outros valores-notícia.

Palavras-chave: Sidónio Pais, fotografia, fotojornalismo, *Ilustração Portuguesa*, noticiabilidade

14:00-16:00

HISTÓRIA DA IMPRENSA E AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS - MONARQUIA E I REPÚBLICA

O fervor jornalístico português na Revolução Liberal de 1820

Eurico José Gomes Dias
ICPOL/ISCPsi - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
eurico_dias@sapo.pt

Resumo

Vivendo-se tempos revolucionários por toda a Europa e as Américas, a necessidade de reformas estruturais na imprensa periódica portuguesa foram bruscas, daí que o ano de 1820 seja considerado um ponto de referência incontornável em qualquer estudo sobre o periodismo nacional. É também este o período que antecedeu a implementação do Romantismo no panorama literário europeu e, por consequência, a sua disseminação na ambiência literária portuguesa, nomeadamente através da edição e circulação de periódicos literários. O periodismo nacional transformou-se numa actividade militante em prol da participação cívica nos movimentos constitucionais, ou igualmente contra-revolucionários, contribuindo fortemente para a reedificação da sociedade portuguesa, em pleno arranque do Liberalismo. Nesse contexto, os jornais fundados em 1820, e daí num sentido crescente posterior, foram verdadeiras ferramentas que permitiram informar - e 'contra-informar' -, uma nação dilacerada por invasões militares e os vazios de poder central, mas adivinhando a emergência de futuros conflitos civis. Assim, os periódicos revolucionários exigirão reportar os acontecimentos cada vez mais livres e isentos da censura, não esquecendo a relevância da primeira Lei da Liberdade de Imprensa [04 Julho 1821] e o seu contributo para a promulgação da primeira Constituição [23 Setembro 1822]. Ainda que grassasse um elevado nível de analfabetismo entre a população, os debates públicos, emancipatórios de uma opinião pública em ebulição, imporiam

hábitos de leitura individual e colectiva típicos de uma ambiência revolucionária imbuída de um fervor político-ideológico, mas que auxiliarão a edificar o 'novo' Portugal Liberal.

Palavras-chave: Jornalismo; Liberalismo; política; Revolução Liberal; liberdade de imprensa

Jornalismo do século XIX - Da Monarquia à República

Jorge Pedro Sousa
Universidade Fernando Pessoa & ICNOVA
jpsousa@ufp.edu.pt

Helena Lima
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
hldlima@gmail.com

Resumo

Durante a Monarquia Liberal Portuguesa, imprensa periódica foi essencialmente marcada pelos acontecimentos políticos que favoreceram ou restringiram a difusão das publicações. A legislação, globalmente, promoveu ou proibiu a liberdade de pensamento e expressão e, em consequência, os jornais viveram momentos de grande expansão ou foram violentamente reprimidos. As várias leis de imprensa foram um dos elementos estruturantes de desenvolvimento na implantação do liberalismo. Outro dos aspetos essenciais para compreensão da história do jornalismo deste período foram fatores como o progresso social, a economia e, em particular, os níveis de escolaridade da população, que permanecerem em níveis muito baixos até ao final de Oitocentos. A imprensa da Monarquia Liberal foi abundantemente estudada e a sua história cronologicamente narrada, graças às obras pioneiras de Alfredo da Cunha (1941) e de José Tengarrinha (1965; 1989; 2013), bem como ao contributo de outros autores (Lima, 2011; Sousa, 2014, 2017). O século XIX foi o século de explosão da imprensa em Portugal, em que se solidificou uma cultura do impresso, uma cultura do jornal e do jornalismo. A imprensa de cariz político e político-noticioso foi a característica mais importante para todo o período. O jornalismo de combate surgido com as invasões francesas, teria continuidade com a imprensa ideológica, nas décadas subsequentes. O triunfo da Revolução Liberal de 1820 teve importantes repercussões na imprensa portuguesa e, portanto, na evolução do jornalismo nacional para todo o século (Cunha, 1941; Tengarrinha, 1965; 1989; 2013; Alves, 2005; 2013; 2018; Sousa, 2008; 2017). Podem ser consideradas duas fases: a artesanal, surgida por iniciativa de indivíduos isolados,

e a partidária, sendo o jornal órgão de partidos políticos ou organizações. No século XIX, houve uma diversificação e segmentação, comparando com períodos anteriores. A edição de jornais e o seu consumo estendeu-se à generalidade do território nacional. A circulação de informações e de periódicos acelerou-se e facilitou-se graças à melhoria das comunicações. Já na segunda metade do século, a corrente transformadora da industrialização da imprensa permitiu a metamorfose dos jornais político-noticiosos. A nova conjuntura política, iniciada com a Regeneração, veio favorecer o movimento publicista. O principal desafio para quem criava um novo jornal era a sua sustentabilidade. O jornalismo noticioso, alicerçado no público e anúncios teve dificuldades em vingar, num meio vincadamente conservador. Contra a corrente dominante, o *Diário de Notícias*, o projeto de Eduardo Coelho, que apesar de muito criticado, foi muito bem aceite e cedo se revelou um empreendimento de sucesso. As mudanças sociais e os novos públicos levaram a transformações progressivas nos jornais. A política perdeu lugar para as notícias e as vendas subiram, bem como a publicidade. Na viragem do século, outras características do “moderno jornalismo” teriam também espaço na imprensa portuguesa. Os acontecimentos de forte pendor emocional, a reportagem e mesmo o enquadramento sensacionalista fariam a sua aparição, conquistando novos públicos e trazendo os títulos portugueses para o campo da imprensa industrializada.

Palavras-chave: Monarquia Liberal, jornalismo político, liberdade de imprensa, jornalismo noticioso

Revistas da Monarquia e I República: uma contribuição para a história da imprensa em Portugal

Celiana Azevedo
ICNOVA, NOVA FCSH

celianaazevedo@fcsb.unl.pt

Jorge Pedro Sousa
Universidade Fernando Pessoa e ICNOVA
jpsousa@ufp.edu.pt

Resumo

Como parte do projeto “Para uma História do Jornalismo em Portugal”, financiado pela FCT, este artigo apresenta uma história cronológica e narrativa das revistas de informação geral surgidas em Portugal durante a Monarquia e a I República. Sendo uma temática ainda sub-representada nos estudos de jornalismo, o objetivo deste artigo é contribuir para um maior entendimento deste campo de pesquisa, mais especificamente, das revistas em Portugal. Para isso, realizamos uma análise qualitativa recorrendo a arquivos e discutimos como estas publicações evoluíram ao longo do tempo e como a contextualização histórica e social da época influenciaram estas transformações: um ambiente propenso a alterações devido à influência iluminista e racionalista; a instabilidade política e as tentativas de controlar a imprensa; crises económicas que impediram o investimento em novos projetos mediáticos; mas também o desenvolvimento tecnológico que impulsionou mudanças editoriais. A *Gazeta Literária* (1761-1762) e o *Jornal Enciclopédico* (1779 e 1788- 1793) apareceram na durante a Monarquia, na segunda metade do século XVIII, beneficiando-se de um ambiente iluminista e racionalista na Europa. Ambas as revistas se distinguiam dos periódicos noticiosos da época não só pelos temas abordados, mas também pela forma como se apresentavam. Os seus leitores seriam parte de uma elite letrada, do género masculino, a mesma minoria que impulsionaria, em 1820, a Revolução Liberal. Durante a I República surgiram a *ABC - Revista Portuguesa* (1920-1931), *O Domingo*

Ilustrado (1925-1927) e a *Ilustração* (1926-1939). Esse período foi fértil em agitação social e a instabilidade política e as tentativas, por meios legais, mas também por atos violentos, de controlo da imprensa e a crise económica agravada pela I e II Guerra Mundial. Toda essa conjuntura refletiu-se na imprensa, setor sempre sensível à necessidade humana de expressão da opinião e das ideias, particularmente nas sociedades livres.

Palavras-chave: Revistas; informação geral; Monarquia; I República; Portugal

Empresas jornalísticas e operariado gráfico na I República: problematização histórica a partir *lock-out* patronal de Junho de 1919

Álvaro Costa de Matos
Instituto de Comunicação e Instituto de História Contemporânea da FCSH - UNL.
alvarocmatos@hotmail.com

Nuno Bessa Moreira

ULP; CITCEM/FLUP, CIJVS
knunoclio@gmail.com

Resumo

A análise da imprensa entre 1910 e 1926 comporta vários desafios e alguns riscos. Uns e outros aliantes e prometedores, mas não isentos de incertezas, zonas de sombra e ambiguidades. Desde logo, a I República, apesar de não ter sido particularmente longa, alberga, eventualmente, uma temporalidade conjuntural. Todavia, esta taxinomia, de ressonância e ascendência Braudeliana, revela-se problemática se for cumprido o desafio segundo o qual urge atentar na complexidade acontecimental da I República percorrida, pelo menos, por três fases: de 1910 a 1914, de 1914 a 1918 e de 1919 a 1926. O primeiro lapso temporal corresponderia, grosso modo, à implementação do regime republicano com cisões partidárias no seu dealbar e várias medidas reformadoras. Por outro lado, a I Guerra Mundial suscitou alinhamentos pró e anti-belicistas, sem esquecer, a partir de Dezembro de 1917, o governo de Sidónio Pais e o seu significado político. Após 1919, houve tentativas goradas de regressar, uma vez mais, à Monarquia e o xadrez político tornou-se mais denso, promovendo uma celerada sucessão de governos até culminar no golpe estado de 28 de Maio de 1926. Na comunicação que aqui propomos interessamos testar a validade conceptual daquela periodização, mas sobretudo perceber se a imprensa periódica se limita à reconstituição dos acontecimentos enquanto observadora externa ou se, a par desta atitude ou função, não assume ela própria um papel fulcral na produção de acontecimentos históricos. Para o efeito, recorreremos a um estudo de caso: a suspensão dos jornais diários de Lisboa em Junho de 1919, sob a forma de *lock-out* patronal devido às acções de protesto do operariado gráfico contra o encerramento do jornal *A Batalha*. Abordaremos as

formas em como este *lock-out* se manifestou, o seu desenlace e significado na história da imprensa portuguesa. Pela singularidade do acontecimento, merecerá especial cuidado a análise do diário *A Imprensa*, criando pelas empresas jornalísticas como resposta à greve geral dos seus trabalhadores.

Palavras-chave: História da imprensa; I República; operariado gráfico; greve geral; empresas jornalísticas

As agências de notícias portuguesas/em Portugal: um contributo para a sua história

José das Candeias Sales
Universidade Aberta e CHUL
Jose.Sales@uab.pt

Susana Mota
CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa
Susana-mota@hotmail.com

Resumo

No âmbito do Projecto de Investigação intitulado *Tutankhamon em Portugal. Relatos na imprensa portuguesa (1922-1939)*, na área da Recepção do antigo Egipto, dedicado à identificação, recolha e análise das notícias publicadas nos periódicos portugueses sobre a descoberta e escavação do túmulo do faraó Tutankhamon (1333-1323 a.C.), confrontámo-nos com a necessidade de aprofundar o nosso conhecimento sobre a realidade da imprensa portuguesa nas décadas de 20 e 30 do Século XX, particularmente no que respeita às agências de notícias. Neste domínio percebemos que a história das agências de notícias em Portugal – portuguesas e estrangeiras – não só é significativamente parca como apresenta também bastantes lacunas e ideias erróneas. São disso exemplos a ideia que a *Havas* terá sido não só a primeira agência estrangeira a trabalhar com os jornais portugueses, como também a única durante muitos anos e a certeza de que a primeira agência portuguesa, a *Lusitânia*, foi criada apenas em 1944, por Luís Lupi. Com vista a sanar as imprecisões identificadas, focámos a nossa atenção nos anos 20 do Século XX e conduzimos uma consulta exaustiva de alguns jornais publicados à época (por exemplo: *A Capital*, *Diário de Lisboa* e *Correio da Manhã*), com o objectivo de identificar as agências responsáveis pelas notícias telegráficas publicadas (nomeadas por extenso ou por siglas no final do texto). Esta investigação permitiu, no que respeita às agências estrangeiras, identificar a presença nos jornais portugueses não só da *Havas*, como também da *Americana* e da *United Press*; relativamente às agências portuguesas, percebemos que a primeira, a *Latino-America*, foi criada por Virgínia Quaresma, em 1921, e que, além desta, também a *Agência Radio* e uma outra *Lusitânia*, homónima da de Luís Lupi, tiveram uma forte presença nos jornais portugueses durante os anos 20 do século XX.

Palavras-chave: Agências de notícias; Havas; Latino-Americana; Agência Radio; Lusitânia

14:00-16:00

HISTÓRIA DOS JORNALISTAS (2)

A formação dos jornalistas no último quartel de oitocentos

Ana Teresa Peixinho
Universidade de Coimbra | CEIS20
apeixinho71@gmail.com

Luís Augusto Costa Dias
IHC/NOVAFCSH
luiscostadias@fcs.unl.pt

Resumo

Ao longo do século XIX, desde a década de 20, *ser jornalista* era, sobretudo, uma ocupação reservada quer a *homens de letras*, quer a *homens de leis* ou políticos, que viram na imprensa uma importante plataforma de reconhecimento público. Contudo, no último quartel do século XIX a situação vai alterar-se, perante uma mudança no mercado dos bens simbólicos, e é este um período determinante na autonomização do jornalismo enquanto profissão autónoma na modernidade, “num quadro de efeitos multiplicadores de desenvolvimento que concorreu para a emergência urbana de uma cultura de massas” (Dias, 2017: 7).

Um dos aspetos decisivos para a profissionalização, e que pode também ajudar a compreender as tensões e disputas simbólicas no campo intelectual por parte de um setor emergente e crescente de jornalistas, é precisamente a formação da classe. Se, no último quartel do século em Portugal, há jornalistas socialmente

prestigiados, oriundos de uma noção romântica de prática jornalística, de que é exemplo António Rodrigues Sampaio (Tengarinha, 1989), a estes vão juntar-se outros que, sob a designação de «publicistas», entram pela porta da cultura que lhes dá acesso a um prestígio social ou político alargado, como Mariano de Carvalho (Peixinho & Dias, 2018). Relativamente aos redatores e aos noticiaristas de tipo moderno, que despontam nos títulos da nova imprensa de massas, sobretudo a partir da década de 1880 capazes de exorbitar tiragens a baixo custo por exemplar, está ainda por fazer um estudo sobre a sua proveniência e meio social, a forma de entrada nas redações, a sua formação. A imagem que deles nos chega, através da ficção literária, sendo caricatural, aponta certamente as principais carências da classe, mas é também sintoma de um desconforto que foi sendo gerado neste campo entre as elites cultas e a massa de profissionais do ofício que começava a ocupar as redações e a reivindicar um estatuto autónomo.

Neste trabalho, pretende estudar-se a formação dos jornalistas que, no último quartel do século XIX e no primeiro do século XX, alimentavam já redações de grande dimensão, como em jornais de espectro tão diferenciado como o *Diário Ilustrado* (monárquico), *O Século* (tendencialmente desalinado, embora com laivos de simpatia republicana) ou *O Mundo* (republicano) (Dias, 2014), o que nos levará a estudar formas de acesso à cultura e à aprendizagem, fenómenos de autodidatismo e de educação informal.

Palavras-chave: Homens de Letras; jornalistas; publicistas; formação

Tomás Ribeiro Colaço: um caso singular no panorama do jornalismo português durante o salazarismo

José Guilherme Victorino
CEIS20-UC / UAL
zeguiv@gmail.com

Resumo

Advogado, poeta, escritor, dramaturgo, jornalista e publicista ligado à Causa Monárquica, Tomás Ribeiro Colaço (1899-1965) manteve uma independência de posições que, apesar da sua inclinação inicial pelo Estado Novo, lhe criaram antagonismos por parte de diversas personalidades e quadrantes políticos, incompatibilizando-se definitivamente com o regime a partir do seu exílio voluntário no Brasil, em 1940.

Tendo o seu primeiro embate com Salazar ocorrido na sequência do encerramento do *Fradique*, semanário que fundou e dirigiu, continuando a colaborar no *Diário de Lisboa*, também através da Emissora Nacional, Colaço destacou-se, à direita, pela denúncia do carácter agressor do nazismo, colaborando com a Embaixada inglesa, combatendo ativamente a posição de neutralidade portuguesa no início do segundo conflito mundial.

Pretende-se nesta comunicação, também a partir de documentos inéditos, analisar o singular caso de um jornalista cuja rebeldia e convicções demoliberais levaram a demarcar-se radicalmente do salazarismo, tendo por isso sido atacado na imprensa mais próxima do regime. Ao enveredar por uma estratégia de enfrentamento em periódicos brasileiros, aliando-se pontualmente à oposição republicana naquele país, Colaço chegou a envolver-se na causa de Humberto Delgado ao lado de Henrique Galvão, atitudes que, em suma, constituíram uma regular fonte de preocupações para a diplomacia e para o governo português.

Palavras-chave: Tomás Ribeiro Colaço; Estado Novo; monárquicos; anglofilia; oposição

A actividade jornalística de Fernando Lopes-Graça: crítica, musicologia e intervenção

Isabel Pina
CESEM - NOVA FCSH
isabel.as.pina@gmail.com

Resumo

Fernando Lopes-Graça foi um dos críticos e cronistas de arte mais presentes na sociedade portuguesa do século XX. Ao contrário dos seus contemporâneos, Lopes-Graça viu publicadas em vida colectâneas dessa produção jornalística. Contudo, em muitas dos escritos reunidos nessa obra não

consta o contexto da sua primeira publicação, ou seja, a data e o periódico em que primeiramente aquele texto se tornou público, além de que Lopes-Graça e as editoras com que trabalhou não seguiram critérios necessariamente cronológicos, onomásticos ou tipológicos para a reunião dessa obra. Carece, portanto, a sua obra jornalística de resumo e sistematização, para que o seu caminho na imprensa periódica seja perceptível.

A sua actividade como crítico, iniciada quando muito jovem no final dos anos 1920, estende-se sensivelmente por quatro décadas, em mais de vinte periódicos. A sua obra destaca-se pela variedade de géneros publicados, entre eles a crítica, a crónica, a entrevista, a biografia e a notícia, bem como as temáticas abordadas, não deixando de mencionar os principais acontecimentos de música sinfónica, música de câmara, música operática ou teatral; de música para cinema; de música ao vivo ou música gravada; de edições de partituras e bibliografia musicológica; salientando-se também as crónicas sobre o contexto musical nacional e internacional, em inúmeros artigos sobre pedagogia, musicologia, e a própria crítica. Lopes-Graça não escreveu, contudo, apenas sobre música, uma vez que a sua produção crítica sobre cinema, bailado e sobretudo sobre teatro, é vasta. Simultaneamente, foi publicando textos biográficos que marcavam essencialmente efemérides e alguns textos autobiográficos que revelam um carácter literário muito particular e uma peculiar noção do lugar que o próprio ocupava no contexto musical português do século XX.

Desse modo, com esta comunicação pretende-se explorar e analisar a actividade jornalística de um dos compositores e pensadores mais relevantes do contexto cultural português, revelando assim tanto sobre o contexto e acontecimentos coevos, como sobre o próprio autor.

Palavras-chave: Fernando Lopes-Graça; crítica musical; crónica; musicologia; ideologia

Dois projetos distintos, a mesma irreverência: Artur Portela Filho e a criação do *Jornal Novo* (1975) e da *Opção* (1976)

Carla Rodrigues Cardoso
CICANT/Universidade Lusófona
carla.cardoso@ulusofona.pt

Pedro Marques Gomes
ESCS-IPL e IHC/FCSH-NOVA
pgomes@escs.ipl.pt

Resumo

Cerca de um ano após o derrube da ditadura, surge, nas bancas portuguesas, o *Jornal Novo* (17 de abril de 1975). Propriedade da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), a estrutura patronal mais importante à época, tinha como diretor Artur Portela Filho e assumia-se como “um jornal de vocação socialista” e que, “não sendo partidário, toma partido”. Trata-se de um projeto que marcou a história da imprensa portuguesa (através das suas fotomontagens, dos exclusivos que conseguiu, pela forma de praticar jornalismo), afirmando-se como alternativa à imprensa então estatizada e que foi, sem dúvida, um importante ator no chamado «Verão Quente» de 1975. Em fevereiro de 1976, Artur Portela Filho é afastado da direção do *Jornal Novo* em circunstâncias pouco claras.

Cerca de dois meses mais tarde, a 22 de abril de 1976, lança a *Opção*, a primeira revista semanal de informação geral em democracia. A newsmagazine surge como um projeto independente, propriedade de quatro jornalistas, todos oriundos do *Jornal Novo*. O título escolhido revela o carácter político do projeto e Artur Portela Filho, no Editorial do primeiro número, define a revista como “uma voz de Esquerda”, “que se quer criativa, e não apenas defensiva”. Na capa, as fotomontagens que caracterizavam a primeira página do *Jornal Novo* dão lugar a uma imagem única, sempre acompanhada em rodapé de uma frase/legenda discreta, entre o irónico e o enigmático. A irreverência e a criatividade conhecem o seu ponto alto em 1977, quando ao longo de cinco semanas as capas são ocupadas por caricaturas das principais figuras políticas, alvo de entrevistas ficcionais apelidadas de «tipo “Play Boy”».

Esta comunicação procura mapear a influência de Artur Portela na matriz destes dois projetos jornalísticos, que surgem em períodos contíguos, mas distintos - o *Jornal*

Novo durante a revolução e a *Opção* no período da consolidação democrática.

Palavras-chave: Artur Portela Filho; imprensa; revolução; consolidação democrática

14:00-16:00

HISTÓRIA DO JORNALISMO PORTUGUÊS E SOBRE PORTUGAL NO MUNDO (1)

Singularidades do jornalismo português nos Estados Unidos: língua, diplomacia e publicidade (1920-1940)

Alberto Pena
Universidade de Vigo
alberto@uvigo.es

Resumo

Após um período em que numerosos meios de comunicação impressos em língua portuguesa floresceram nos Estados Unidos, graças ao afluxo maciço de novos imigrantes entre 1890 e 1920, o jornalismo português afirmou-se gradualmente como uma actividade profissional interessante para aqueles que tinham a formação e a capacidade de fundar um jornal e atrair um número suficiente de anunciantes e leitores para o tornar sustentável. Alguns meios de comunicação foram editados por famílias num ambiente quase doméstico, feitos por e para imigrantes portugueses de origens muito específicas, provenientes de pequenas aldeias açorianas, madeirenses ou de Portugal Continental, e com perfis socioculturais particulares. Durante o processo de consolidação deste modelo de jornalismo desenvolvido com enormes limitações, surgiram circunstâncias singulares, não só na forma de produzir e narrar as notícias, mas também na tipologia dos anunciantes e no formato dos seus anúncios publicitários. Este artigo procura destacar algumas das marcas que distinguiram este tipo de jornalismo durante o período de 1920 a 1940, quando o governo dos EUA começou a restringir a entrada de novos imigrantes portugueses e a concorrência tornou-se cada vez mais feroz devido ao declínio do público. Além disso, a emergência de um novo meio, a rádio, provocou uma redução significativa da publicidade, obrigando ao encerramento de muitos jornais. No meio desta dinâmica de sobrevivência, surgiu um debate entre os imigrantes sobre o uso da língua por alguns jornalistas, que foram acusados por alguns diplomatas portugueses de maltratar a língua de Camões e criar uma espécie de neolinguagem. Através de uma metodologia que utiliza técnicas qualitativas como a análise do discurso, estudam-se alguns dos jornais mais relevantes deste

período, como a Alvorada de New Bedford, ou o Heraldo Português de Taunton, em que se pode apreciar o estilo da narrativa jornalística e publicitária dos imigrantes.

Palavras-chave: Jornalismo; imprensa; história; imigração portuguesa; Estados Unidos

“La strada dell’intolleranza”: o jornalismo português nas páginas da imprensa italiana durante a Revolução de Abril (1974-1976)

Marco Gomes
CEIS20/Universidade de Coimbra
Centro de Estudos em Educação e Inovação (CI&DEI)
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria
gomes_marco78@hotmail.com

Resumo

Esta proposta de comunicação pretende abordar o enquadramento disseminado pelos principais jornais italianos sobre as práticas jornalísticas em Portugal durante o período de transição para a democracia. O carácter excepcional da Revolução de Abril em Itália pode ser aferido através da dimensão quantitativa da cobertura jornalística e do envolvimento dos articulistas italianos no acontecimento. Essa ressonância mediática explica-se pelo encontro síncrono entre, por um lado, o radicalismo, a conflitualidade e o debate sobre o *compromisso histórico* em Itália e, por outro, a diversidade de temáticas dimanadas da Revolução de Abril, as suas contradições e a pertinência das questões espoletadas. É objetivo desta pesquisa caracterizar, segundo o quadro interpretativo italiano, a narrativa jornalística revolucionária, compreender qual o enquadramento ideológico-doutrinário dominante nos jornais, que tipo de influências e pressões são exercidas sobre as redações, que novas práticas censórias imperam e quais os conflitos, no contexto da imprensa portuguesa, que originaram outros acontecimentos em Itália. Metodologicamente, a baliza temporal situa-se entre 25 de Abril de 1974 e a aprovação da Constituição da República, a 2 de Abril de 1976. O objeto de estudo é constituído pelas mais proeminentes publicações italianas de grande informação, de periodicidade diária e hebdomadária, de dimensão nacional e inter-regional. Pretende-se, através da análise textual, estudar processos de formação de ideias que se materializam na forma de textos jornalísticos e identificar o conjunto de ideias-força, de generalizações históricas, construídas sobre as práticas jornalísticas em Portugal. Conclui-se que o batimento da imprensa nacional pulsava ao ritmo das manipulações, das notícias tendenciosas portadoras do gene da agitação, de uma informação que se adequava mais aos desejos de quem a produzia do que

propriamente às regras dos noticiários. A maioria dos jornais surge identificada como sendo um leque orientado politicamente à esquerda, existindo uma disposição psicológica manifestada por jornalistas e intelectuais no sentido de se diferenciarem do passado recente.

Palavras-chave: Revolução de Abril; jornalismo; Portugal; enquadramento; imprensa italiana

Freedom of the Portuguese press during the transition period in Macau

Clara Gomes
ICNOVA
claragomes@yahoo.com

Abstract

The topic of this communication is Freedom of the Portuguese press during the transition period in Macau (1987-1999). The topic was approached in a critical political economy perspective through communication policy research and

interviews with editors, journalists and other agents in the communication process. The objective was to understand how the concept of freedom of the press applied locally; to research into private and public policies towards the press; to unveil control and pressure practices coming from political and economic powers and check how these influenced the journalistic practice and, in the end, the text.

I concluded that the transition period created a cultural, political and economical frame that tended to exacerbate the existing tendencies towards press control as well as clashes between press and power. The local government was responsible for most of those constraints, through the control of its own civil servants (creating a climate of fear), through restricting access to sources and the distribution of advertising and last but not least, through a patriotic stance that presupposed journalists would be defenders of the national design, even against their professional ethics. The researcher was a journalist in Macau (nine years) as well as a Communication Sciences lecturer in the local University (three years). This papers stems from an update of a Master's thesis pursued for Leicester University, UK (2000), never published.

Keywords: Freedom of the press; censorship, ownership; libel case; transition of Macau

16:30-18:00

HISTÓRIA DA IMPRENSA E AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS - DITADURA, ESTADO NOVO E III REPÚBLICA

O jornalismo português no processo de construção do Estado Novo

Ana Cabrera
IHC/NOVA FCSH
cabrera.anacabrera@gmail.com

Resumo

O Estado Novo, criado no processo da Revolução Nacional por Salazar, está associado a um conjunto de ações estratégicas, cuja função era a de reforçar a capacidade de estruturar e arbitrar autoritariamente os equilíbrios fundamentais, embora contraditórios, entre as elites políticas e os interesses dominantes (Rosas:1996) O objetivo era o controlo de todos os organismos e estruturas do Estado. Nesse sentido um primeiro passo foi a elaboração de uma nova Constituição que seria aprovada através de um plebiscito que se realizou em 19 de março de 1933, que entraria em vigor a 11 de abril do mesmo ano. Mas os meses que se seguem à aprovação da Constituição são de uma intensa atividade legislativa: cria-se a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, o Estatuto Nacional do Trabalho, os Grémios, os Sindicatos Nacionais, e mais tarde a Mocidade Portuguesa. Também as estruturas da censura trabalham no sentido de reforçar a sua autoridade e controlo junto da imprensa e dos jornalistas, através da criação da Direção Geral dos serviços de Censura em 1933.

Apesar de todo o aparelho repressivo houve ocorrências de contestação e oposição a Salazar algumas até violentas como foi o caso Greve Geral contra os Sindicatos Nacionais a 18 de Janeiro de 1934, e o atentado a Salazar a 4 de julho de 1937.

Nesta comunicação o nosso objetivo é compreender que jornalismo era possível realizar sob a tutela da censura e das estruturas de controlo da sociedade, criadas pelo Estado Novo.

Assim selecionámos quatro acontecimentos estruturantes neste período, ou seja acontecimentos que envolveram o interesse do público, a atenção dos jornalistas e a cobertura dos jornais e que simultaneamente são diferenciados do ponto de vista da sua origem, intervenientes e inclinação política: o Plebiscito da Constituição (19 de março 1933); Greve

Geral contra os Sindicatos Nacionais (18 de Janeiro de 1934); 10º aniversário da Revolução Nacional (26 de maio de 1936); atentado a Salazar (4 de julho de 1937). A análise destes acontecimentos será feita a partir das narrativas impressas no *Diário de Notícias*; *O Século*; *Diário de Lisboa* e *Jornal de Notícias*.

Que narrativas produzem estes jornais sobre os aqueles acontecimentos? Que diferenças encontramos nos relatos produzidos? Quais os géneros jornalísticos mais utilizados? Estas são algumas questões a que procuramos responder com o desígnio de conhecer o jornalismo praticado no início do Estado Novo.

Palavras-chave: Jornalismo; jornais; censura; Estado Novo; Salazar

Luís Caldeira Lupi - pistas para entender quem foi o criador da 'Lusitânia'

Renato Pinto Ferreira
Universidade Fernando Pessoa/ICNOVA
renatopintoferreira@gmail.com

Resumo

Falar de agências de notícias portuguesas é também tentar compreender quem foram os agentes principais na criação e manutenção das mesmas. Nesta comunicação pretendemos olhar, dentro do possível, para dentro da mente do criador da agência 'Lusitânia'. Compreender o

aparecimento dela em 1944 é compreender Luís Caldeira Lupi desde muitos anos antes. Nascido em 1901 e tendo trabalhado como correspondente da Associated Press e da Reuters em Portugal, o objectivo de Luís Lupi, com a criação de uma agência de notícias, era o de criar uma "voz informativa" de Portugal, uma "narrativa jornalística" que envolvesse todos os portugueses de todos os locais. Esta missão desta agência, que seria patriótica na visão do seu criador, conseguia conciliar-se com a imparcialidade que o jornalismo pede?

Sendo que Luís Caldeira Lupi faleceu em 1977, ele acompanhou toda a vida da "sua" agência: a relação dela com os factos, com o poder político, com a censura deste, com a existência de outra agência de notícias em Portugal desde 1947 até 1974 - a ANI - e com o decretar do seu fim. Pretendemos com esta comunicação ajudar à construção de um panorama sobre quem foi Luís Caldeira Lupi.

Palavras-chave: Agências de notícias; Portugal; jornalismo; Luís Lupi; Lusitânia

Inconveniente, especulativo, impróprio: a censura à imprensa no Marcelismo, entre a renovação e a continuidade

Maria Inácia Rezola
ESCS-IPL; IHC-UNL
irezola@escs.ipl.pt

Resumo

"São por este meio comunicadas a todos os censores as instruções por que deve pautar-se a sua actividade". Abria desta forma a nota que, em inícios de Fevereiro de 1971, o director-geral da informação, envia às comissões de censura. O objectivo era não apenas o de conferir uma "fundamentação legal" às regras então em vigor neste

domínio, mas também o de promover uma maior uniformização dos critérios de actuação dos serviços de censura. A missiva é acompanhada por um longo documento em que, entre outras coisas, se indica quais as publicações sujeitas à censura prévia, quais os limites à liberdade de imprensa e se emitem novas directivas para a censura. No final, em anexo, inclui-se uma grelha em que, a partir de exemplos de cortes efectuados pelos serviços de censura em finais de 1970, se procura analisar a “justeza” ou pertinência dos cortes efectuados e, através de casos práticos, estabelecer critérios de actuação.

Emanadas no contexto da apresentação à Assembleia Nacional da uma proposta de Lei de Imprensa, estas instruções aos Serviços de Censura deixam patente a inquietação do regime num momento em que são cada vez mais evidentes os limites da liberalização anunciada por Marcelo Caetano em Setembro de 1968. Dada a sua importância e interesse, o primeiro objectivo desta comunicação é o de analisar detalhadamente estas instruções.

Num segundo momento, procuraremos aferir em que medida as novas instruções tiveram resultados práticos, procedendo à análise de documentação da Direcção dos Serviços de Censura (relatórios de cortes da imprensa diária do segundo semestre de 1971). Através da amostra definida, procurar-se-á estabelecer uma tipificação dos cortes efectuados, nomeadamente no que diz respeito à temática, ao grau de intervenção (tipo de corte efectuado), âmbito, órgãos visados e frequência. Finalmente, os resultados obtidos serão confrontados com os resultantes de uma investigação anterior em que examinámos a actuação da censura antes da emissão destas directivas (relatórios da Censura à imprensa diária do segundo semestre de 1970).

No final, esperamos lançar pistas para aprofundar os estudos sobre a censura à imprensa nos primeiros anos do Marcelismo

e sobre o posicionamento do poder político relativamente à informação.

Palavras-chave: Censura à Imprensa; Marcelismo; Direcção dos Serviços de Censura; opinião pública

Imprensa estatizada e iniciativa privada no período pós-Revolucionário: processos de transformação editorial dos jornais portugueses

Helena Lima
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
hllima@letras.up.pt

Resumo

A imprensa portuguesa sai do período revolucionário de 1974/ 1975 com o Estado a deter total ou parcialmente os principais diários de circulação nacional. Contudo, persistiram ou foram lançados jornais novos, de circulação nacional ou regional e local. Em termos de periodicidade e audiência,

havia diversidade de publicações, englobando diários e semanários de implantação geográfica variável. Os diários de maior tradição e circulação permaneceram cerca de uma década no sector público. Este ciclo, caracterizou-se pela preponderância de notícias de política na agenda, que pode ser entendida como a continuidade do combate político nas redações verificadas após o 25 de Abril (Mesquita, 1994). Outra das linhas de evolução da imprensa para este período foi a de uma crise acentuada, marcada pelo decréscimo das tiragens, o desaparecimento de vários títulos e a sustentação global dos jornais através de uma política de subsídios (Carvalho, 1986). No final dos anos 80, gradualmente, na imprensa e o campo dos media em geral, surgiram novos projetos informativos, que se enquadraram na tendência da preponderância da agenda política e do militantismo partidário (Mesquita, 1994; Serrano, 2004, Lima, 2013), mas também outros títulos que procuraram caminhos editoriais distintos. As novas linhas editoriais levariam à divisão entre jornalismo de referência e formatos mais sensacionalistas, também no caso português (Mesquita, 1994). A especialização deu lugar a linhas informativas fortes como o jornalismo económico (Martins, 2007) e desportivo (Pinheiro, 2011). Construíram-se novos públicos e ressurgiu a publicidade, ditadas pela lógica de mercado. Este estudo procura caracterizar esse processo de transformação através da comparação entre duas dinâmicas distintas, a da imprensa estatizada e os títulos nacionais do setor privado. A metodologia assenta na abordagem das estratégias editoriais dos dois setores, numa perspetiva de comparação dos principais títulos e respetivos figurinos. Informativos.

Palavras-chave: Imprensa; jornalismo; imprensa estatizada; orientação editorial

Quando a *newsmagazine* se tornou um hábito em Portugal: *Sábado* - I Série (1988-1993)

Carla Rodrigues Cardoso
Universidade Lusófona, CICANT
carla.cardoso@ulusofona.pt

Resumo

Muitas pessoas que conhecem a revista *Sábado* do Grupo Cofina, desconhece que esta corresponde a uma II Série de um título anterior. Nesta comunicação pretendemos mostrar como a I Série da *Sábado*, que chegou às bancas a 18 de junho de 1988, mudou a história da *newsmagazine* portuguesa e inaugurou aquela que chamamos “A Fase Moderna” deste tipo de publicação em Portugal. Dirigida por Joaquim Letria, esta revista assumiu por inteiro o conceito de *newsmagazine*, no sentido mais consensual do termo, trabalhando a herança do modelo americano da *Time* criado por Briton Hadden e Henry Luce em 1923. “Portugal deixou de ser o único País europeu que não dispunha de uma revista semanal de grande informação”, explica o diretor no número experimental publicado em maio de 1988. Propriedade da Invesmídia, SA, presidida por Aníbal Lopes, o título apresenta-se com uma redação totalmente informatizada e é precedido por uma forte campanha publicitária, ocupando um segmento de mercado da imprensa que estava vazio há três anos. Com a *Sábado*, os leitores portugueses renderam-se, finalmente, a um tipo de publicação que experimentara várias tentativas falhadas ao longo de duas décadas. Apesar de também a *Sábado* (I Série) ter fechado portas em 1993, não voltaria a registar-se em Portugal um dia sem pelo menos uma *newsmagazine* à venda semanalmente.

Palavras-chave: História da imprensa; revista; *newsmagazine*; *Sábado* (I Série)

16:30-18:00

HISTÓRIA DO NEGÓCIO JORNALÍSTICO

As contas e os negócios d’O Século. Evolução económico-financeira do “jornal de maior circulação em Portugal”

Pedro Almeida Leitão
CITCEM/FLUP
pedroalmeidaleitao@gmail.com

Resumo

Nesta comunicação analisamos a evolução económico-financeira do jornal *O Século* ao longo dos seus anos de actividade. Basearemos a nossa investigação na documentação empresarial depositada no Arquivo Nacional – Torre do Tombo, que nos permite conhecer com solidez as contas do jornal desde a segunda década do século XX até à Revolução dos Cravos, dois anos antes da sua suspensão definitiva. Para este período da vida do periódico, que atravessa as direcções de José Joaquim da Silva Graça, de João Pereira da Rosa e de seu filho, Guilherme Pereira da Rosa, exploramos a capacidade de gestão das várias administrações e o contexto de negócio em que estas conduziram o jornal. Examinando a informação contabilística e financeira disponível, pretendemos compreender as possibilidades de acção dos directores d’*O Século* e das suas administrações na prossecução da boa saúde económico-financeira do negócio que tinham em mãos. Evidenciaremos estratégias de crescimento e de consolidação empresarial, mas também medidas e planos adoptados para fazer face às contingências impostas pela conjuntura concorrencial, económica e política. Nesse

sentido, destacamos dois factores de análise importantes: as tiragens, como medida do sucesso comercial do empreendimento jornalístico; e a publicidade, uma das mais importantes fontes de receita ao longo do período em estudo. Reunindo sob a mesma linha de investigação todos estes indicadores económicos e variáveis de gestão, esperamos contribuir para explicar a longevidade e o sucesso empresarial deste projecto incontornável na história da imprensa em Portugal.

Palavras-chave: *O Século*; imprensa de massas; negócio jornalístico; publicidade

De Abril de 1974 a 1990, o negócio da Imprensa em Portugal e a intervenção do Estado

João Palmeiro
Associação Portuguesa de Imprensa
jpalmeyro@apimpressa.pt

Resumo

Entre Abril de 1974 e 1990 o negócio da Imprensa em Portugal sofreu grandes mutações. Muitas dessas mudanças foram provocadas e aceleradas por acontecimentos políticos e alterações do marco legal ocorridas durante a «transição para a Democracia». Existem várias análises da intervenção legislativa dos atores políticos da época, o Conselho da Revolução, a Assembleia da República, o Governo e os partidos políticos.

Menos conhecida será a intervenção econômica do Estado durante todos esses anos que tem como balizas históricas a Revolução de Abril e a liberalização da rádio e da televisão e o fim da propriedade do Estado na Imprensa.

Foram 15 anos de injeção de capitais, de avales do Estado e de ajudas diretas (incluindo o período de intervenção do FMI).

Que impacto tiveram estas intervenções econômicas do Estado no panorama mediático português daquele período da história de Portugal? Que publicações periódicas saíram desse período para acompanhar a entrada de Portugal na CEE? Como (sobre)viveram as publicações periódicas que existiam antes de Abril de 1974 e chegaram a 1990? E as que ficaram pelo caminho? Como (sobre)viveram as publicações periódicas lançadas depois de Abril de 1974 e como chegaram a 1990? E as que ficaram pelo caminho?

Existem centenas de documentos legais (portarias, despachos e resoluções do Conselho de Ministros) que contam esta história, mas narrativa nunca foi tentada, nem os impactos em áreas adjacentes da indústria como a distribuição, a publicidade e a impressão.

Este trabalho será uma primeira base para melhor compreendermos o atual panorama mediático da imprensa portuguesa e sobretudo o papel que o estado desempenhou.

Palavras-chave: Revolução de Abril 1974; privatização das empresas públicas de imprensa; financiamento; economia do negócio; papel dos Estado

16:30-18:00

HISTÓRIA DA IMPRENSA E DO SEU DISCURSO (1)

Os Jornais Centenários Portugueses, a sua identidade, filiação ideológica e referentes legais

João Palmeiro
Associação Portuguesa de Imprensa
jpalmeyro@apimprensa.pt

Jorge Castilho
Associação Portuguesa de Imprensa
jorgecastilho@apimprensa.pt

Resumo

Existem, em 2020, 36 publicações periódicas em Portugal que se publicam ininterruptamente há mais de cem anos. A mais antiga, *O Açoreano Oriental* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores) foi lançado em 1835.

Vivia se então no reinado de D. Maria II e o enquadramento constitucional português tinha 15 anos de constantes alterações e consequentemente de regulação de direitos liberdades e garantias entre os quais a Liberdade de Imprensa.

O ano de 1834 regista, formalmente, o fim das lutas liberais com a assinatura, em maio, da Convenção de Évora Monte e a partida para o exílio de D. Miguel; em dezembro é promulgada a Lei da liberdade de Imprensa. Esta Lei que sucede à de 1821, vai enquadrar o nascimento dos mais antigos jornais centenários portugueses (e da Europa em publicação continuada) e vai lançar a tradição normativa Portuguesa de que as Leis de Liberdade de Imprensa são as primeiras a serem publicadas após as grandes mudanças revolucionárias nos séculos XIX e XX.

Só quatro anos mais tarde a Constituição de 1838, ao substituir a Carta Constitucional de 1826, sem qualquer referência a liberdade de imprensa proclamada na Constituição de 1820, volta a dar suporte constitucional à consagração da Liberdade de Imprensa em Portugal no século XIX.

Trata se, pois, nesta comunicação, de «colar» a evolução constitucional portuguesa à criação de jornais e outras publicações periódicas enquanto expressão de liberdade de imprensa, descrevendo também os limites, judiciais ou materiais, à consecução dessa liberdade.

Ao mesmo tempo, procuram-se indícios nos editoriais de lançamento destes jornais centenários de alinhamento com ideais políticos, filosóficos e literários, sem esquecer eventuais referências de adesão dessas publicações periódicas às novas ordens nacionais nascidas de cada revolução nacional.

Desta análise resultará, também, uma classificação dos jornais centenários ainda em publicação de acordo com o modelo legal em que nasceram e de adesão a ideais e princípios políticos, filosóficos ou literários.

Palavras-chave: Jornais centenários; filiação ideológica; marco legal; liberdade de imprensa

“Lugar de memória”: o *Diário de Notícias* e a cobertura dos 10 maiores desastres hidrogeomorfológicos em Portugal

Michele Nacif Antunes
Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo
michelenantunes@gmail.com

Susana Silva Pereira
Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Universidade de Lisboa
susana-pereira@campus.ul.pt

José Luís Zêzere
Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Universidade de Lisboa
zezere@campus.ul.pt

Adauto Emmerich Oliveira

Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo
adautoemmerich@terra.com.br

Resumo

Desastres hidro-geomorfológicos são processos naturais como cheias progressivas, inundações urbanas, deslizamentos e outros movimentos de massa em vertentes que produziram consequências prejudiciais como perda de vidas ou ferimentos, danos à propriedade, perturbações económicas ou degradação ambiental. Em muitos casos, a imprensa é uma importante fonte de informação sobre desastres, que influencia e molda a forma como a população e os tomadores de decisão observam, percebem e respondem a perigos e desastres. O jornalismo está intrinsecamente conectado à comunicação de riscos e desastres. Neste contexto, este trabalho discute como os 10 maiores desastres de origem hidro-geomorfológica em Portugal foram noticiados no *Diário de Notícias*. A base de dados Disaster, construída a partir de recolha hemerográfica em 16 jornais de circulação nacional e regional, reúne os desastres de origem hidro-geomorfológica ocorridos em Portugal continental entre 1865 e 2015. Durante o mesmo período foram identificados e caracterizados 130 eventos com as mesmas condições de desencadeamento e associados a datas de ocorrência, que causaram mortes, pessoas evacuadas e desalojadas. Neste trabalho selecionaram-se os 10 principais eventos, que foram alvo de uma leitura das notícias orientada pelo Protocolo de Categorização e Análise de Notícias e pela Análise do Discurso. Ao analisar as notícias no DN sobre os 10 principais eventos foi possível realizar a busca do lugar de memória dos eventos e interpretações a serem salvaguardados. Considera-se que o jornalismo desempenha um papel crucial

nas sociedades contemporâneas como um “local de memória”, porque aponta entre os fatos atuais aqueles que devem ser memoráveis no futuro, reinvestindo-os de relevância histórica. Ser um lugar de memória implica também ser um lugar de escolha, uma vez que os eventos noticiados foram escolhidos por critérios de edição. O jornalismo é atualmente um dos principais atores no trabalho de enquadramento de eventos presentes e passados.

Palavras-chave: História do jornalismo; *Diário de Notícias*; jornalismo de desastre; cheias e inundações; movimentos de massa em vertentes

Virando a página: o *Diário de Notícias* e o jornalismo de desastre hidro-geomorfológicos no fim da monarquia portuguesa

Michele Nacif Antunes
Universidade Federal do Espírito Santo
michelenantunes@gmail.com

Susana Silva Pereira
Centro de Estudos Geográficos, IGOT,
Universidade de Lisboa
susana-pereira@campus.ul.pt

José Luís Zêzere
Centro de Estudos Geográficos, IGOT,
Universidade de Lisboa
zezere@campus.ul.pt

Adauto Emmerich Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
adautoemmerich@terra.com.br

Resumo

Diante de um desastre causado por riscos naturais, os meios de comunicação assumem um papel fundamental, seja na divulgação de qualquer alerta, ao descrever o acontecimento ou para manter o público

informado durante e após o evento. Em muitas situações, a imprensa é a principal fonte de informação sobre os tipos de perigos e danos humanos e materiais decorrentes. O processo de recolha e apresentação de notícias sobre os eventos que ocorreram, estão a acontecer ou podem ocorrer no futuro é considerado jornalismo de desastre. Esses eventos podem ser de origem hidro-geomorfológica, uma cheia/inundação ou um movimento de massa em vertentes. Este trabalho explora o catálogo de eventos hidro-geomorfológicos da base de dados Disaster ocorridos entre 1865 e 2015 em Portugal Continental, sustentada por uma recolha hemerográfica em 16 jornais de circulação nacional e regional. A base de dados Disaster reúne os desastres de origem hidro-geomorfológica que causaram danos humanos (mortos, feridos, evacuados, desalojados e desaparecidos), independentemente do seu número. Na presente pesquisa foram selecionadas as notícias reportados pelo jornal *Diário de Notícias* (DN), publicadas no período de 1865-1909, que compreende o fim da monarquia portuguesa. A leitura das notícias foi orientada pelo Protocolo de Categorização e Análise de Notícias para eventos de inundações e movimentos de massa em vertentes desenvolvido especificamente para a pesquisa. A análise foi baseada nos dispositivos teóricos de Análise do Discurso. Os resultados apontam que o DN não silenciou os eventos e os impactos sobre as pessoas diretamente afetadas. Considera-se que a inauguração da imprensa industrial com a fundação do DN também virou a página e inaugurou/fortaleceu o Jornalismo de Desastres em Portugal. Desta forma, a análise da cobertura de desastres hidro-geomorfológicos neste período oferece também a oportunidade de preencher a lacuna entre os estudos de jornalismo de desastres nos séculos XIX e XX.

Palavras-chave: História do jornalismo; imprensa industrial; *Diário de Notícias*; jornalismo de desastre; cheias e inundações; movimento de massa em vertentes

O Ultimato Inglês de 1890 na imprensa de Guimarães

Duarte e Babo Marinho
CEPESE, FLUP, CIJVS
babo.dmbm@gmail.com

Nuno Bessa Moreira
ULP, CITCEM-FLUP, CIJVS
knunoclio@gmail.com

Resumo

Apesar do Ultimato Inglês de 1890 ser um dos assuntos mais abordados pela Historiografia Portuguesa, verificamos que esses estudos circunscrevem-se, essencialmente, à História Político-Diplomática. Por outro lado, revistando os estudos da História da Imprensa Periódica Portuguesa, constatamos que poucos investigadores se dedicaram à «questão

inglesa»; salvo salutares exceções, tais como Amadeu Carvalho Homem e Aparecida de Fátima Bueno. A despeito dos inúmeros estudos acerca do Ultimato, este tema ainda não se encontra esgotado. São múltiplas as possíveis perspectivas de análise, visto que ele provocou consideráveis alterações no dia-a-dia da sociedade e escandalizou a opinião pública nacional e local. Os ecos desse desconforto podem ser sondados através de um minucioso cotejo da Imprensa do Portugal daquele tempo. Cumpre destacar que a Imprensa foi e continua a ser palco e testemunha de lutas ideológicas, mas também é repositório de cultura e de mentalidades. E entre inúmeras possibilidades optamos por passar em revista a Imprensa Vimaranesa de forma a observar como é que Guimarães encarou a atitude das autoridades portuguesas perante o Ultimato Inglês. De forma a responder a essas incógnitas estruturamos este estudo em cinco pontos distintos. Num primeiro momento apresentaremos alguns dados introdutórios, devidamente escudados pelo imprescindível estado da arte e pela não menos importante metodologia de trabalho. De seguida reservaremos algumas páginas à historicidade da Imprensa em estudo. O terceiro ponto deste artigo será dedicado a um debate a respeito da cobertura dada pela Imprensa Vimaranesa ao Ultimato Inglês. Posteriormente, partindo, *v.g.*, da *Revista Guimarães*, tentaremos apresentar uma breve análise prosopográfica dos colunistas que escreveram sobre a «questão inglesa» nos jornais da *Cidade Berço*. E, por fim, apresentaremos os devidos resultados finais.

Palavras-chave: Ultimato Inglês 1890; Política Externa Portuguesa: imprensa de Guimarães; historiografia

RESUMOS

16/10_

9:00-10:30

HISTÓRIA DO RADIOJORNALISMO

O Rádio Clube Português e a Guerra Civil Espanhola

Fernando Neves
ISCTE-IUL
fjnmb@iscte-iul.pt

Resumo

O RCP foi inaugurado em 1931, sucedeu ao extinto Rádio Clube da Costa do Sol (CT1GL), e era propriedade de Jorge Botelho Moniz e Alberto Lima Basto. Botelho Moniz foi um dos oficiais do Exército que colaborou no golpe militar de 28 de Maio de 1926, e que, obviamente mantinha boas relações com o Estado Novo.

Com apenas duas horas de emissão diárias, Botelho Moniz rapidamente percebeu que se tornava necessário aumentar a oferta do RCP e em 1932, dava início ao serviço de notícias entre as 00:00 e as 00:30 e um ano mais tarde aumentava em uma hora o tempo de difusão.

A estratégia de Botelho Moniz foi muito clara desde o início. Por um lado, manter-se ao lado do regime de Oliveira Salazar, como atesta o apoio explícito que o Rádio Clube Português deu às tropas franquistas no decorrer da guerra civil espanhola e por outro lado manter uma distância crítica em relação ao Estado Novo que permitisse reivindicar os meios necessários para que a sua estação de rádio tivesse as melhores condições para poder trabalhar.

De facto foi através do Rádio Clube Português que os portugueses tomaram conhecimento e acompanharam a par e passo o desenrolar da guerra civil espanhola, naquilo que ficou assinalado como a primeira experiência de reportagem jornalística. Com efeito Botelho Moniz e Alberto Lima Basto, declararam-se desde a

primeira hora, diria mesmo, desde o primeiro segundo, como apoiantes das tropas do general Franco, tendo os serviços noticiosos do RCP servido inclusive para passar informações codificadas para as tropas entrincheiradas.

Esta é uma história cheia de ambiguidades mas que permitiu ao RCP cimentar uma notoriedade por todos evidenciada.

Palavras-chave: Rádio Clube Português; General Franco; Guerra Civil

A Informação no Serviço Ultramarino da Emissora Nacional 1954-1961

Nelson Ribeiro
Universidade Católica Portuguesa
nelson.ribeiro@ucp.pt

Resumo

A inauguração do Centro Emissor Ultramarino da Emissora Nacional, em março de 1954, marcou uma viragem na aposta do Estado Novo nas transmissões para as então províncias ultramarinas. Mais do que um empreendimento técnico, o novo centro emissor, cuja inauguração foi apressada em sequência do agravamento da situação na Índia (Santos, 2013), foi um marco político que simbolizou a aposta de Salazar em transmissões ideológicas dirigidas aos territórios administrados por Portugal em África e na Ásia. Neste

contexto, o papel da informação era considerado central pois seria através dos noticiários, nomeadamente do “Domingo Sonoro”, que o regime viria a transmitir a sua visão dos acontecimentos mais importantes a nível interno e externo, naquele que foi um período particularmente delicado para o Estado Novo, fruto das pressões da comunidade internacional para que Portugal aceitasse discutir o processo de descolonização. Nesta comunicação procuraremos demonstrar como os noticiários do Serviço Ultramarino da Emissora Nacional funcionavam como um instrumento de propaganda colonial. Será igualmente destacado o investimento realizado pela Emissora Nacional na cobertura noticiosa das visitas de altas figuras do Estado aos territórios portugueses em África. A deslocação do Presidente da República, Marechal Craveiro Lopes, em 1956, será particularmente detalhada pela cobertura exaustiva de que foi objeto, levada a cabo pelo locutor Artur Agostinho, na Emissora Nacional, em colaboração com locutores do Rádio Clube de Moçambique e na Emissora Oficial de Angola. Discutir-se-á, deste modo, a articulação existente entre os serviços de notícias da Emissora Oficial e as estações com maior expressão nas províncias ultramarinas. A comunicação baseia-se em documentos do Arquivo da RTP, do Arquivo Oliveira Salazar (Torre do Tombo) e do Arquivo Histórico de Moçambique, bem como em publicações da época nas quais foram sendo destacadas as operações do então novo Serviço Ultramarino da Emissora Nacional.

Palavras-chave: Artur Agostinho; Emissora Nacional; reportagem radiofónica; Serviço Ultramarino

A escola do microfone: o contributo das rádios piratas para a formação dos jornalistas radiofónicos

Ana Isabel Reis
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
aisabelreis@gmail.com

Resumo

Os anos 80 marcam o início de uma nova fase na rádio que corresponde também ao início da consolidação da democracia que Garcia (2009) identifica como fim do período de transição democrática. No panorama radiofónico português, é na década de 80 que se dá o *boom* das piratas ou rádios livres. Na transição das piratas para as rádios locais o número de jornalistas no meio aumentou: em 1987 eram 53 em todo o país e em 1991 eram 268 (Rebelo, 2011). Para uma geração de jornalistas as piratas foram uma inspiração, mas foram

sobretudo uma escola de formação e experimentação. Os que se iniciaram nas ondas ilegais aprenderam com os mais velhos vindos das emissoras nacionais e das antigas colónias, ciosos de implementarem a 'rádio que sonhavam' e aquilo em que acreditavam ser o 'verdadeiro' jornalismo: isento, fora da agenda institucional ou partidária, que ouvia tudo e todos, que era feito sobretudo na rua e em direto. A rádio do 'aqui e agora' e 'mais próxima', diferente da que existia. Os anos 80 marcaram também a formação quer profissional quer académica dos jornalistas. Depois da criação do primeiro curso universitário, surgem os centros de formação de jornalistas inspirados no modelo francês e organizam-se cursos de formação profissional (Mesquita e Ponte, 1997; Pinto, 2004; Bonixe, 2016) também para o meio rádio. As piratas foram escolas de jornalismo para uma geração que aprendeu na 'tarimba' ou nos cursos de formação e que queria mudar o rumo ao jornalismo nas ondas hertzianas.

Esta comunicação pretende contribuir para a caracterização do que foi o fenómeno das rádios piratas no cenário mediático português nos anos 80, na vertente da formação profissional. Nesse sentido, além de uma revisão bibliográfica sobre o tema, foram realizadas entrevistas a profissionais do meio radiofónico da época. O objetivo é o de melhor compreender o contributo que as rádios piratas deram para o radiojornalismo.

Palavras-chave: Rádio; formação em jornalismo; radiojornalismo; piratas; rádios livres

A informação radiofónica a partir dos relatórios anuais do provedor do ouvinte

Rogério Santos
Centro de Estudos de Comunicação e
Cultura da Universidade Católica
Portuguesa
rogerio.santos@netcabo.pt

Resumo

Desde 2006, a rádio pública conta com um provedor do ouvinte. A lei 2/2006, de 14 de fevereiro de 2006, instituiu as suas competências: representar e defender as perspetivas dos ouvintes face à oferta radiofónica, acentuar a fiabilidade do serviço público, promover a credibilidade e boa imagem dos profissionais, estimular a ética profissional e o código deontológico dos profissionais e contribuir para a cultura de autocritica (Relatório do Provedor, 2006: 104). Cada provedor pode exercer até um máximo de dois mandatos, cada um com dois anos de extensão. No período de atividade, houve já cinco provedores, quatro homens de grande experiência

profissional na rádio (José Nuno Martins, Adelino Gomes, Mário Figueiredo e João Paulo Guerra) e uma mulher e professora universitária (Paula Cordeiro).

O artigo, de carácter exploratório, estuda a informação radiofónica, as reações dos ouvintes através de mensagens ao provedor e as recomendações deste à administração da RTP, através da análise dos relatórios anuais do provedor e ainda dos relatórios e contas da empresa (2006-2019). Por conveniência da investigação, apesar de apontar linhas de força em cada provedor, o estudo aprofunda os três anos mais recentes e apenas a Antena 1, canal que dispensa mais espaço à informação (perto de 30% da programação; 32% em 2018). Além dos noticiários, fortes preocupações da rádio pública foram magazines, programas de grande reportagem e divulgação científica.

De modo diferente das cartas aos jornais, como apresentado por Marisa Torres da Silva (*As Cartas dos Leitores na Imprensa Portuguesa: uma Forma de Comunicação e Debate do Público*, 2010), com o editor a seleccionar as que publica, o provedor do ouvinte da rádio pública portuguesa obriga-se a responder a todas mensagens, a maioria chegada através de correio eletrónico.

Entre as perguntas que a investigação pretende responder, destaque: qual o volume das mensagens dos ouvintes? Que áreas? Quais as maiores críticas e sugestões? Quais as principais características dos diversos provedores em cada mandato?

Palavras-chave: Rádio; rádio pública; informação radiofónica; provedor do ouvinte

09:00-10:30

HISTÓRIA DO TELEJORNALISMO (1)

Entre Salazar e Caetano: A ação política e propagandística do Estado Novo na RTP

Celiana Azevedo
Universidade Nova de Lisboa e ICNOVA
celianaazevedo@fcsb.unl.pt

Catarina Valada
Universidade Nova de Lisboa
cattvalada@gmail.com

Joana Gil
Universidade Nova de Lisboa
joanagiljorge@gmail.com

Maria Leonor Moura
Universidade Nova de Lisboa
leonormoura1@gmail.com

Pedro Alves Godinho
Universidade Nova de Lisboa
pedro.godinho2001@gmail.com

Resumo

Quando a RTP surgiu, Portugal encontrava-se mergulhado num regime ditatorial que vigorou até 1974. Do mesmo modo que os outros meios de comunicação eram controlados pelo Governo e, frequentemente, utilizados como um mecanismo do aparelho propagandístico do Estado, especialmente a imprensa e a rádio, também a televisão viu a sua capacidade informativa aproveitada como um veículo ideológico do regime. A televisão estatal portuguesa, portanto, consolidou-se sob pressupostos de apertado controlo e sem interesse visível pela opinião do público. Apesar dessa realidade ter permanecido na totalidade do Estado Novo, algumas diferenças podem ser apontadas quando comparamos os Governos de António de Oliveira Salazar e Marcello Caetano. Assim, esta pesquisa visa contribuir para um melhor entendimento da História do telejornalismo em Portugal ao apontar como a ação política e propagandística do Estado Novo na RTP foi empregada em ambas as administrações e quais as suas diferenças e semelhanças. Parte-se, então, de aspetos elementares do carácter dos dois autocratas para compreender as particularidades da ação mediática de cada um, explorando, também, os aspetos histórico-sociais que contribuíram para esse contexto. Para isso, realizamos uma análise qualitativa de 30 peças noticiosas veiculadas na RTP entre 1964 e 1974, cujo ator principal foi Salazar ou Marcelo Caetano, oferecendo uma visão analítica e crítica sobre o modo como a imagem pública de cada um era transmitida para a população. A partir desta pesquisa, verificamos que Salazar diverge de Caetano na sua abordagem televisiva, convergindo, no entanto, na manutenção dos valores do regime. Dá-se a cisão no que toca à imagem pública dos intervenientes: Salazar não via a televisão como potenciador do regime e, devido à sua personalidade introvertida,

não assumia protagonismo. Por sua vez, Caetano crê no papel da RTP e na sua importância no controlo da opinião pública, denotando-se a natural propensão de orador.

Palavras-chave: Estado Novo; RTP; António de Oliveira Salazar; Marcello Caetano

Sensacionalismo no prime-time português: o impacto da CMTV nas coberturas policiais nos telejornais da RTP 1, SIC e TVI

Caroline Ribeiro de Almeida
ISCTE-IUL
carolineribe@gmail.com

Ilo Alexandre
ICNOVA /iNOVA Media Lab, NOVA FCSH
mail@iloaguiar.com

Resumo

Nos últimos anos muito se foi falado na comunicação social portuguesa sobre o carácter mais sensacionalista dos canais generalistas, incrementado pela disputa de audiência com a CMTV. Este trabalho analisa o cenário das coberturas policiais nos telejornais do horário nobre dos principais canais generalistas de Portugal: RTP1, SIC e TVI, com o objetivo de compreender se houve um aumento deste tipo de abordagem. Partindo da discussão de conceitos como *gatekeeping*, valores-notícia, audiência, sensacionalismo e

jornalismo policial, recorre-se às vertentes quantitativa e qualitativa da análise de conteúdo para proceder à investigação. Para formar um *corpus* consistente para a perceção das características evolutivas das coberturas policiais, estabeleceu-se o período de cinco anos. Assim, seleccionou-se: a 1ª segunda-feira do mês de Janeiro, a 1ª terça-feira de Março, a 1ª quarta-feira de Junho, a 1ª quinta-feira de Setembro e a 1ª sexta-feira de Novembro dos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, formando uma amostra com 25 edições de cada telejornal, totalizando 75 edições. São analisadas sete variáveis, que vão desde os principais temas cobertos, passando pelo destaque dado a cada um e pelo uso das fontes de informação na construção da narrativa. Nossos resultados mostram que RTP1, SIC e TVI mostram-se estabilizados quando se trata do número de notícias de “crime, lei e justiça” e “acidentes e desastres” presentes nos alinhamentos, com oscilações não significativas nos anos analisados. Em números absolutos, não se observa um aumento de cobertura policial nos alinhamentos dos jornais, mas nota-se um conjunto de estratégias para atrair o telespectador. A RTP1 aposta em formatos mais aprofundados de notícias, a SIC investe em destaques das pautas na abertura e ao longo da edição, e a TVI utiliza os discursos cheios de sentimentos de testemunhas como principal fonte de informação para a construção das narrativas.

Palavras-chave: Telejornalismo; crime; audiência; sensacionalismo; Portugal

9:00-10:30

HISTÓRIA DA IMPRENSA E DO SEU DISCURSO (2)

A ação de combate da imprensa católica na Primeira República (1910-1926): um olhar sobre a ‘guerra religiosa’ em que mergulhou o país

Paulo Bruno Alves
Escola Superior de Educação de Viseu –
Instituto Politécnico de Viseu
paulobruno@esev.ipv.pt

Resumo

A imprensa católica publicada em Portugal, durante a Primeira República (1910-1926), assumiu uma postura de combate pelos seus militantes, em resposta às políticas laicizadoras do Governo. Essa atitude belicosa foi tanto maior quanto mais frequentes foram as perseguições aos católicos e às suas publicações. A presente proposta de comunicação – que expõe no título o seu tema central – tem

como objetivos a exposição da ação combativa dos católicos e o olhar específico sobre a 'guerra religiosa' que aí aconteceu, partindo da análise da sua imprensa e concretamente sobre a relação entre o poder político e a Igreja Católica. Os periódicos católicos foram parte de um processo de recristianização e renovação da sociedade. A ideia de 'descer ao povo' fez parte de um plano promovido pela Igreja Católica, sobretudo desde finais do século XIX, com a eleição do papa Leão XIII (1878-1903). A postura mais aguerrida da Igreja, por via da sua imprensa, inseriu-se na luta pela sociedade, em especial a denominada 'questão social', e isso foi visível também em Portugal.

A metodologia aplicada nesta proposta pretende expor a realidade do país republicano, na relação entre a política e a religião, pelo olhar da imprensa católica. A evolução diacrónica da Primeira República será interpretada por títulos católicos, nomeadamente por diários de expansão nacional, numa lógica norte-sul: Porto, Braga e Lisboa (à época as três principais cidades portuguesas), por intermédio dos seus editoriais, os então denominados 'artigos de fundo', que eram a visão e voz do jornal. A análise diacrónica da Primeira República concentra mutuamente os resultados e as conclusões desta proposta: a imprensa católica mostrou um grande interesse por diferentes acontecimentos nacionais, mas deu maior relevância às questões políticas e religiosas, aspetos que estiveram sempre ligados.

Palavras-chave: Imprensa Católica; República; Jornalismo

Em defesa da Liberdade de Imprensa: a Constituição de 1976

Pedro Marques Gomes
IHC-FCSH/NOVA e ESCS-IPL
pedromarquesgomes@gmail.com

Resumo

Depois de, a 25 de abril de 1975, serem realizadas as primeiras eleições livres, diretas e por sufrágio universal em Portugal, a Assembleia Constituinte (AC) é inaugurada a 2 de junho e, menos de um ano depois, é aprovada a primeira Constituição do Portugal democrático (2/4/1976). José Medeiros Ferreira, um dos pioneiros no estudo da AC, de que foi também deputado pelo PS, lembra que esta "desempenhou, simultaneamente, duas funções: foi constituinte do regime democrático pluralista, pela génese eleitoral que esteve na sua origem e pela ação política da maioria dos seus deputados, e ainda elaborou a Constituição da República" (Ferreira, 2001, p. 163). Entre 1975 e 1976 verificou-se um intensíssimo trabalho nas treze comissões

especiais da AC que prepararam o articulado constitucional, depois discutido e votado em sessões plenárias. As questões relacionadas com a comunicação social foram tratadas na 2ª Comissão (Direitos e Deveres Fundamentais I e II), sendo vários os deputados que assumiram particular destaque neste domínio: Mário Mesquita, Alberto Arons de Carvalho, Vital Moreira, Francisco Pinto Balsemão, Marcelo Rebelo de Sousa, José Augusto Seabra, entre outros.

Depois de, na conferência de 2019, ter apresentado a análise dos debates sobre a imprensa na Assembleia Constituinte, particularmente no período de “antes da ordem do dia”, proponho-me agora concluir este estudo com uma comunicação acerca da elaboração e discussão do articulado constitucional relativo à Comunicação Social (da proposta da 2ª Comissão da AC), que revela, desde logo, uma grande preocupação na defesa da liberdade de informação e de imprensa, bem como em conferir aos jornalistas o papel primordial na definição da orientação ideológica dos órgãos de informação.

Palavras-chave: Liberdade de Imprensa; Assembleia Constituinte; Revolução; Constituição

Jornalismo económico em Portugal: história e práxis em contexto de crise económico-financeira (2011-2014)

Mafalda Lobo
CECS e ICNOVA
mafalobopereira@gmail.com

Resumo

Sendo a economia parte integrante da sociedade, a atividade jornalística tem de refletir a importância que a sociedade lhe confere. Embora o jornalismo económico tenha a mesma idade da imprensa e não exista registo de um jornal sem notícias de factos económicos, a verdade é que a crescente complexidade das sociedades contemporâneas, com o fenómeno da globalização, e a abertura dos mercados a uma escala global, exigiram dos jornalistas um acompanhamento da economia em termos macroeconómicos e fizeram com que a economia domine cada vez mais a agenda diária das redações e o alinhamento das notícias nas televisões a nível mundial. Assim, perante a crescente importância da economia nas redações dos jornais, os

objetivos deste estudo são: (1) compreender como evoluiu o jornalismo económico em Portugal; (2) analisar as práticas e rotinas dos profissionais no contexto de uma crise económico-financeira de modo a entender os processos produtivos da notícia económica. As técnicas utilizadas são a entrevista semi-estruturada a jornalistas da área económica e inquérito por questionário administrado online aos jornalistas de jornais generalistas com secções especializadas em economia, e jornalistas especializados de jornais económicos. O inquérito nacional aos jornalistas de economia foi administrado em 2016. Este inquérito faz uma caracterização do jornalismo económico em geral, avalia a sua importância e influência na atualidade não só política, mas na sociedade em geral, e afere os desafios que se colocam a atividade jornalística de temas económicos, e num contexto mais específico faz uma abordagem ao jornalismo económico no contexto da crise económica e financeira em Portugal no período de 2011-2014. Os resultados do inquérito serão apresentados e focam-se nos seguintes grupos: (I) Perfil profissional; (II) Jornalismo económico em Portugal; (III) Jornalismo económico em Portugal no contexto da crise; (IV) Relação dos jornalistas com as fontes de informação; (V) Caracterização sociodemográfica.

Palavras-chave: Palavras-chave: Jornalismo económico; crise económico-financeira; história; práticas jornalísticas

11:00-12:30

HISTÓRIA DO TELEJORNALISMO (2)

O Telejornal antes e depois da Revolução de Abril de 1974: de “Soldado para a Guerra” a “Soldado para a Revolução”

Jacinto Godinho
NOVA FCSH/ ICNOVA
jacintog@hotmail.com

Resumo

Esta comunicação pretende dar conta de como o principal serviço noticioso de Portugal, o Telejornal da RTP, sofreu os efeitos da Revolução de 25 de Abril de 1974. Durante 17 anos, desde 1957, o Telejornal foi fortemente controlado pelo regime do Estado Novo, muito preocupado com os efeitos da imagem televisiva no povo. “A televisão é um instrumento de ação benéfica ou maléfica, consoante o critério que a presidir” afirmou Marcelo Caetano no discurso de atribuição do contrato de concessão de serviço público à RTP no dia 16 de Janeiro de 1956.

Para Rui Cádima, o principal investigador português deste tema, a visão de um órgão panfletário e cumprindo uma “missão de porta-voz” do regime não é exata. É estereotipada e superficial e esconde nuances decisivas para se perceber a relação dos portugueses com a informação televisiva.

Nesses 17 anos, o Telejornal passou por várias fases. Uma primeira fase marcada por um tom oficioso mas pouco propagandística entre 1957 e 1961 ou seja até ao início da Guerra Colonial. A partir de 62 o Telejornal é considerado “um soldado para a guerra”. Acentua-se o tom propagandístico mas a principal impacto mediático do Telejornal nesse período, ainda salazarista, é o silenciamento das notícias sobre os acontecimentos mais polémicos e hostis ao regime. É sobretudo a partir de 1968, com o início do período marcelista e com Ramiro Valadão como Presidente da RTP, que se acentua a difusão de mensagens fortemente ideológicas juntamente com a habitual manipulação política do Telejornal. Foi portanto na chamada Primavera Marcelista que se acentuou ainda mais o carácter de órgão oficial da apresentação e representação do poder (a agenda do Presidente e do Governo abriam sempre o Telejornal). Um dos primeiros sinais da Revolução de Abril, sentido pelos portugueses, é precisamente na televisão. Antes de haver mudanças significativas no país os portugueses viram mudanças imediatas na informação e no Telejornal. O Telejornal revolucionou-se e revolucionou a forma de fazer jornalismo, mas continuou a ser dominado e instrumentalizado por linhas ideológicas que o quiseram transformar agora num “soldado ao serviço da revolução”.

Palavras-chave: Telejornal; RTP; telejornalismo; Estado Novo; Revolução de Abril

Os programas de informação no segundo canal da RTP: de 1992 a 2001

Anabela de Sousa Lopes
Escola Superior de Comunicação Social (ESCS/IPL) e ICNOVA
alopes@escs.ipl.pt

Manuel Coutinho
ICNOVA / NOVA FCSH
manel.coutinho@msn.com

Resumo

Esta proposta de comunicação insere-se numa investigação mais alargada relativa à caracterização e evolução dos programas de informação (não são considerados os noticiários) do horário nobre da actual RTP2 - segundo canal televisivo a surgir em Portugal e cuja designação variou ao longo do tempo -, que contempla a data de início das suas emissões, 1968, até ao presente. A análise que pretendemos apresentar terá como enquadramento temporal os 10 primeiros anos de coexistência da RTP com a SIC e a TVI. A escolha desse período justifica-se pelas transformações ocorridas na área do jornalismo televisivo, marcadas,

numa primeira fase, pela forte presença de programas de grande informação em horário nobre, na RTP1, SIC e TVI; numa segunda fase, a partir do final dos anos 90, pelo declínio da informação semanal no *prime time* das televisões generalistas. Analisaremos o percurso dos programas de informação do segundo canal, durante este período, nesse universo concorrencial do panorama televisivo português. Será feita a caracterização dos programas de informação do horário nobre da RTP2, tendo como coordenadas principais a duração, o formato, o/a jornalista que conduz o programa, a temática. Este trabalho permitirá aferir qual o investimento realizado na produção jornalística do segundo canal da RTP, e se o seu posicionamento foi de complemento ou de alternativa aos três canais mencionados.

Palavras-chave: Telejornalismo; programas de Informação; RTP2; *Prime time*

11:00-12:30

HISTÓRIA DA IMPRENSA E DO SEU DISCURSO (3)

Um olhar sobre a imprensa periódica de música na década de 1920, em Portugal

Mariana Calado
CESEM / NOVA FCSH
marianacalado@gmail.com

Resumo

Na história da imprensa periódica de música em Portugal da primeira metade do século XX, há um conjunto de títulos que se destacam pela longevidade e projecção que tiveram, inclusivamente na influência sobre outros periódicos congéneres: *A Arte Musical* (1899-1915), *Eco Musical* (1911-1931), *A Arte Musical* (este lançado em 1930 e que, em várias séries e com algumas

interrupções, existiu até ao final do século) e *Gazeta Musical* (de 1950 e que, também em várias séries, se publicou até 1998). No entanto, para além destes periódicos, que se contam entre os mais relevantes na divulgação da actividade musical da época, assim como na divulgação de conhecimento e contributo para a educação musical do leitor, nas primeiras décadas do século XX surgiram outros projecto editoriais. Estes, de dimensões mais pequenas e longevidade mais curta, podem ainda assim ser encarados como documentos importantes para compreender a variedade de vozes que participavam no meio musical português de inícios do século (meio esse bastante activo). Nesta comunicação irei incidir no estudo de jornais e revistas de música publicados durante a década de 1920, época de transição política e social, entre a I República e a Ditadura Militar, e particularmente efervescente no campo da edição musical: só no ano 1927 foram lançadas três novas publicações, *Lyra*, *Música* e *Clave de Sol*, que se juntavam a *Revista Musical* e *Música: Revista de artes* (ambos de 1924) e ao panfletário *Folha Musical de Combate* (1926). Contudo, nenhum destes periódicos se encontrava ainda em circulação no fechar da década. A partir da análise dos conteúdos e da equipa editorial, tenho por objectivo perceber como é que se estruturavam e os assuntos e perspectivas a que davam espaço.

Palavras-chave: Imprensa periódica musical; música na imprensa; história da música; crítica musical

«Se não se podem ver filmes, leiam-se as revistas». Imprensa de cinema em Portugal no século XX

Joana Isabel Duarte
CITCEM-FLUP; TRAMA-Universidad de Lleida
joanaisabelfduarte@gmail.com

Resumo

A imprensa de cinema em Portugal não tem sido, desde há largas décadas, objeto de estudo na área do jornalismo nem dos estudos cinematográficos. Após a importante monografia de Alves Costa (1954), reinou um marasmo sobre esta temática, apenas interrompido por curtas considerações sobre a imprensa cinéfila, publicadas ora em revistas especializadas, ora em jornais culturais. Terá como objetivo esta apresentação o delinear de um trajeto sobre a imprensa de cinema portuguesa durante o século XX, sublinhando-se o contributo de tais publicações na criação e maturação de uma “cultura cinematográfica”.

Dar-se-á particular importância à primeira metade do século XX: os anos 20, desde logo marcados pelo “culto das vedetas” que

ocupam as páginas desta imprensa especializada; os anos 30, época áurea das revistas cinéfilas, que se revelam prodigiosas no recurso à ilustração e à fotografia; e os anos 50, altura em que emergem “novas revistas” que se associam à necessidade de um “cinema novo” que se começa a sentir. Importará, igualmente, demonstrar o declínio desta imprensa, que ocorre nos anos 70, com o fim da *Cinéfilo*. As publicações sobre cinema são substituídas por publicações dedicadas ao *home-video*, emergidas na década de 80 e que se prolongaram pelos anos 90 adentro. Já pouco restava do fulgor crítico que marcou os primeiros anos da imprensa cinéfila, estando a crítica de cinema remetida, sobretudo, para suplementos de diários e hebdomadários.

Esta investigação resulta da recolha e consulta da totalidade de publicações periódicas sobre cinema editadas em Portugal, a partir de instituições como a Biblioteca Nacional, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Cinemateca Portuguesa ou a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. A partir dos dados recolhidos, verificou-se que o estudo da imprensa cinematográfica portuguesa permite a compreensão não apenas de um nicho jornalístico, como também da história da cinefilia e da cultura cinematográfica portuguesa.

Palavras-chave: Imprensa de cinema em Portugal; revistas de cinema; cinefilia; crítica de cinema

Capelães do contra - textos de capelães que se opunham à linha oficial em jornais de unidades militares durante a Guerra Colonial

Jair Rattner
ICNOVA
jair.rattner@gmail.com

Resumo

Durante a guerra colonial portuguesa (1961-1974), grande parte das unidades militares destacadas para as frentes de combate publicavam jornais. São mais de 250 títulos, dirigidos principalmente aos soldados, e que tinham a intenção de criar espírito de corpo na unidade e justificar a sua participação na guerra. No entanto, essas publicações não tinham controlo estrito dos seus conteúdos por parte da hierarquia militar, sendo o comandante de unidade o responsável pela sua edição. Normalmente, entre as várias secções dessas publicações, havia uma coluna assinada pelo capelão da unidade. Acontece que, na década de 1960, após o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica – então religião oficial do Estado – experienciava um questionamento interno que resultou no surgimento da Teologia da Libertação. Esse movimento ideológico teve também reflexos entre os capelães militares

destacados para as frentes de combate, sendo que muitos desses religiosos assumiram posições contrárias à linha oficial adotada pela Igreja na metrópole. Este trabalho centra-se nos textos escritos pelos capelães contrários à linha oficial adotada pelo regime, com uma análise do seu conteúdo.

Palavras-chave

Jornais de unidade; guerra colonial, capelães militares; teologia da libertação

14:30-16:30

HISTÓRIA DO JORNALISMO ICONOGRÁFICO E DO DESIGN DE MEIOS JORNALÍSTICOS (2)

Jornalismo iconográfico em Portugal das origens a 1926: intérpretes, constantes e linhas de força

Jorge Pedro Sousa
Universidade Fernando Pessoa e ICNOVA
jpsousa@ufp.edu.pt

Resumo

Resultado de uma investigação empírica, de cariz historiográfico, sobre o discurso iconográfico da imprensa portuguesa dos seus primórdios até ao final da I República, esta investigação pretende definir as linhas que impulsionaram ou refrearam a evolução da iconografia de valor informativo em Portugal e do seu uso pela imprensa e identificar continuidades e ruturas na sua marcha histórica. Mostrar-se-á como as gravuras de metal e madeira e as litografias foram substituídas pela fotografia, por motivos que, depois de existirem soluções técnicas para a reprodução direta de fotografias na imprensa, se prendem com o custo, a economia de tempo e de recursos e

a verosimilhança da imagem fotográfica, mercê da sua iconicidade, face às singularidades reais que representa. Relevar-se-á quanto a evolução do jornalismo iconográfico no país deveu aos protagonistas da atividade - e não somente ao contexto e à infraestrutura. Demonstrar-se-á, finalmente, que não existiu, até 1926, paralelismo entre os regimes políticos e a evolução do jornalismo iconográfico em Portugal. Por outras palavras, viver em Monarquia ou República pouco pesou na evolução do jornalismo iconográfico português. Distinguiram-se, assim, dois períodos na história do jornalismo iconográfico em Portugal, independentemente dos regimes políticos: a *era da gravura* e a *era da fotografia*, que, na verdade, é sobretudo a *era do fotojornalismo*.

Palavras-chave: Gravura informativa; gravadores; fotografia; fotojornalismo; fotojornalistas

Os fotógrafos dos jornais diários durante o Estado Novo

Maria José Mata
Escola Superior de Comunicação Social (ESCS/IPL) e ICNOVA
mmata@escs.ipl.pt

Resumo

Durante o período do regime do Estado Novo, em Portugal, a ausência de liberdade de expressão e de imprensa condicionou a forma como o jornalismo evoluiu e a profissão se estruturou. Os repórteres fotográficos e o trabalho por si desenvolvido foram devedores dessas circunstâncias. Verificou-se a sobreposição da fotografia de propaganda ao fotojornalismo, com os governantes e as suas ações públicas a surgirem como protagonistas recorrentes, num regime visual altamente controlado. Paralelamente, a afirmação dos fotógrafos nas redações foi sendo titubeante e o seu estatuto menorizado: a título de exemplo, a organização hierárquica das categorias profissionais no jornalismo estabelecida, pela primeira vez, pelo Decreto-lei de 19 de janeiro de 1943 (Sobreira, 2003:79) colocava o repórter fotográfico em sexto lugar, apenas à frente da categoria de "estagiário", situação que se manterá até à década de 70.

Esta apresentação propõe-se dar conta do modo como, ao longo dessas cerca de quatro décadas, sob a vigilância da censura prévia (instituída pelo Decreto nº 22 469, de 11 de Abril de 1933) e com vínculos laborais precários, os repórteres fotográficos fizeram o seu caminho, absorvendo influências dos progressos técnicos e estéticos que lhe chegavam do exterior, nomeadamente através de agências, revistas ilustradas e projetos documentalistas. Para o efeito, procede-se ao levantamento, tão sistemático quanto possível, dos fotógrafos de jornais diários portugueses em cada década e à inventariação dos seus trabalhos mais significativos, tendo em conta aspetos como as temáticas retratadas, o desenvolvimento de técnicas e géneros de reportar, a valorização e identificação autoral dos seus trabalhos, a regularidade de produção e os progressos técnicos introduzidos.

Este trabalho, inserido numa investigação mais vasta sobre a iconografia jornalística portuguesa do séc. XX, permitir-nos-á delinear o perfil e o percurso dos repórteres fotográficos de imprensa e identificar momentos-chave na evolução do seu estatuto editorial e profissional.

Palavras-chave: Repórter fotográfico; fotojornalismo; Estado Novo; imprensa diária

A infografia na imprensa digital e as pandemias do Século XXI: os casos da GRIPE-A e da COVID-19

Maria Assunção Duarte
NOVA FCSH

assuncaoduarte@gmail.com

Resumo

Propomo-nos fazer o levantamento das tendências iconográficas da infografia digital no ciberjornalismo português durante o surto de GRIPE-A, declarado em Junho de 2009 pela Organização Mundial de Saúde como a primeira pandemia do século XXI.

Utilizaremos como objecto de estudo as infografias publicadas sobre o tema nos sites oficiais da imprensa nacional de títulos previamente identificados neste projeto de investigação como pioneiros e inovadores na utilização deste formato visual na primeira década do século. Destaque para o Público e o Jornal de Notícias, como títulos de imprensa que fizeram a transição do papel para o meio digital, e para o Portugal Diário, um título disponível exclusivamente online. O período de análise inclui todo o ano de 2009. A pesquisa inclui igualmente como objecto, infografias divulgadas online por entidades governamentais relacionadas com a GRIPE-

A, que possam ter contribuído para definir tendências no tratamento da informação visual sobre o tema Saúde Pública em contexto de jornalismo digital.

Mesmo não fazendo parte da janela temporal abarcada por este projeto de investigação, parece-nos pertinente incluir nesta comunicação uma análise sobre a infografia digital jornalística publicada, durante o período de confinamento exigido pelo Estado de Emergência declarado em Portugal durante a pandemia do corona vírus COVID-19, a segunda pandemia do século XXI, entre os meses de Março e Abril de 2020. Com base nos resultados obtidos na investigação sobre a infografia digital dedicada à GRIPE-A, será feito um paralelo com a infografia digital dedicada à COVID-19, identificando tendências iconográficas para o formato e para o tema pandemia na iconografia visual do ciberjornalismo português.

Palavras-chave: Infografia digital; ciberjornalismo; iconografia digital; pandemia; saúde pública

14:30-16:00

FONTES E METODOLOGIAS PARA A HISTÓRIA DO JORNALISMO (2)

Para uma epistemologia da imprensa humorística: uma aproximação teórica e metodológica ao problema...

Álvaro Costa de Matos
ICNOVA e IHC da NOVA FCSH
alvarocmatos@hotmail.com

Resumo

Nas Histórias de Portugal são raros os estudos sobre a imprensa humorística. Mesmo as exceções, como é o caso de Rui Ramos no volume 6 da *História de Portugal* de José Mattoso (1994), no capítulo dedicado à "Nação Intelectual", onde analisa a imprensa, o autor pouca ou nenhuma atenção dá aos periódicos humorísticos, à sua importância na disseminação de valores políticos, culturais e mesmo estéticos. É certo que depois de 1994 as coisas mudaram um pouco, foram publicados alguns trabalhos, e, talvez não menos relevante, verbetes para dicionários. O autor destas linhas deu um contributo: primeiro para o *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* (2014), depois para o *Dicionário de História de*

Portugal. O 25 de Abril (2016), grafando nos dois a entrada "Imprensa Humorística". Em suma: alvo de alguns estudos, a imprensa humorística continua a não merecer a devida atenção epistemológica na história da imprensa periódica, pese embora ser fonte inesgotável de informação factual, informativa e gráfica, acerca de determinada época histórica. *Epur si muove!* A importância da imprensa humorística é por demais óbvia, porque nela encontramos os factos que fazem mudar a história e nos permitem reconstituir o passado nas suas múltiplas valências. Este tipo de imprensa antecipou a teorização e o surgimento de novos movimentos estéticos no campo do cartoon, da caricatura política e de costumes, que abanaram as velhas escolas artísticas. Foi veículo de novas gerações de artistas plásticos, ilustradores, cartoonistas e caricaturistas que varreram a inércia prevalecente; "rampa de lançamento" para auspiciosas e bem-sucedidas carreiras jornalísticas, literárias e artísticas. Finalmente, porque os periódicos humorísticos assumiram não raras vezes o papel de contrapoder, de recusa do *status quo* - em certos períodos da História Contemporânea de Portugal tiveram de lutar contra a censura ideológica. Razões, entre outras, para fazermos a apologia da imprensa humorística, colocando-a onde ela deve estar: como fonte e objecto de estudo de importância crucial nas ciências sociais e humanas.

Palavras-chave: Imprensa humorística; epistemologia; teoria e metodologia; historiografia; censura

Jornalismo literário português: história, jornalistas e a reportagem escrita

Manuel João de Carvalho Coutinho
ICNOVA, NOVA FCSH
manel.coutinho@msn.com

Resumo

Em 2006 é fundada a *International Association for Literary Journalism Studies* dedicada ao estudo do jornalismo literário (ou reportagem literária). Dois anos depois a associação realiza no ISCSP, em Lisboa, a terceira edição da sua conferência anual sobre a tutela de dois dos seus membros fundadores: as professoras Isabel Soares e Alice Trindade. Em 2014 surge a primeira tese de Mestrado inteiramente dedicada ao tema do jornalismo literário Português e em 2018 a primeira tese de Doutoramento, neste caso com um foco mais acentuado no campo de análise nacional. Ainda assim e apesar do crescimento do estudo e análise desta temática, a história do jornalismo literário Português ainda carece de uma análise formal e aprofundada. Uma das possíveis explicações deve-se ao facto de o jornalismo literário ser ainda hoje confundido com aquilo que chamamos de escrita criativa e/ou literatura não-ficcional. Talvez a definição mais simples de jornalismo literário pertença a Pedro Rosa

Mendes que definiu o género como:
“Literary reportage is an engagement with reality with a novelist’s eye but with a journalist’s discipline.”

Tendo isto em conta propõe-se com esta análise desenvolver e explorar o conceito de jornalismo literário e delinear uma possível estrutura para a história deste género em Portugal. Para isso será importante primeiro ter em conta os académicos mais preponderantes da atualidade nesta temática como John Bak, Norman Sims, entre outros. Em segundo lugar, é fundamental analisar alguns dos jornalistas literários portugueses de hoje em dia como Paulo Moura, Susana Moreira Marques, entre outros. Por fim, será importante delinear um caminho para a história do jornalismo literário português, assim como justificar o contributo que este estudo poderá trazer para futuras análises que pretendam ter em conta as diferentes vozes e vertentes do jornalismo nacional.

Palavras-chave: Jornalismo; reportagem; jornalismo literário; reportagem literária; historiografia

Uma perceção multidimensional da história do jornalismo em Portugal na viragem do século (1980-2020)

Celiana Azevedo
ICNOVA, NOVA FCSH
celianaazevedo@fcs.unl.pt

Maria Inácia Rezola
ESCS-IPL e IHC-UNL
irezola@escs.ipl.pt

Resumo

Há muito que se debatem os limites, as fronteiras, mas também as interações entre os campos de estudo do Jornalismo e da História. Em Portugal também é possível perceber as dificuldades de diálogo entre as duas disciplinas, apesar de estarem tão próximas. A primeira fazendo referência aos acontecimentos da atualidade e recorrendo à História para contextualizar estes mesmos factos. A segunda interessando-se cada vez mais por assuntos contemporâneos divulgados pelos Media. Integrado no âmbito do projeto “Para uma História do Jornalismo em Portugal” (PTDC/COM-JOR/28144/2017), este artigo propõe-se analisar as tendências da investigação sobre História do Jornalismo e dos Media em Portugal nos últimos 40 anos (1980-2020). Tendo em consideração que a investigação histórica possui um papel

importante no desenvolvimento dos estudos jornalísticos e, ainda, que esta é uma temática sub-representada nos estudos dos Media, o objetivo deste trabalho é contribuir para uma maior compreensão deste campo de investigação. Para isso, pretendemos identificar as temáticas mais estudadas e aquelas que suscitaram menos interesse; os períodos históricos mais abordados; as principais metodologias e perspectivas de análise adotadas; e também apresentar um breve roteiro dos arquivos e fontes disponíveis. Paralelamente, procuramos perceber como o contexto histórico e social influenciou estas transformações analisando, por exemplo, o impacto do surgimento de cursos de licenciatura e pós-graduação em jornalismo nas principais universidades do país e a crescente preocupação dos centros de investigação em incluírem a História dos Media nas suas linhas de investigação. Um outro fator a ser considerado é o desenvolvimento tecnológico que modificou a forma de se fazer e consumir jornalismo ao longo das últimas décadas e que, ao mesmo tempo, facilitou o acesso dos investigadores a arquivos digitais. Para isso, realizamos uma análise quantitativa baseada em pesquisa bibliográfica e discutimos como estas publicações evoluíram ao longo do período considerado, tendo em vista uma visão multidimensional da História do Jornalismo em Portugal.

Palavras-chave: Fontes e bibliografia; história do jornalismo; historiografia; Portugal; pesquisa

14:30-16:00

HISTÓRIA DA IMPRENSA E DO SEU DISCURSO (4)

A publicidade na imprensa popular portuguesa, 1895-1904

Eduardo Cintra Torres
CECC e CEIS20

eduardocintratorres@gmail.com

Resumo

Está bem estabelecida a importância da publicidade no desenvolvimento da imprensa de massas europeia e norte-americana desde meados do século XIX. Em Portugal, essa importância é particularmente visível em jornais populares como *O Século* e o *Jornal de Notícias*. Nesta comunicação, pretendemos verificar nestes diários o espaço dedicado à publicidade, o discurso da e sobre a publicidade e comparar o grafismo do espaço noticioso com o dos anúncios. Através de uma sondagem em duas edições anuais do período de 1895 a 1904, mas trazendo também à análise elementos de outras edições, significativas para o tema, a comunicação recorre à análise quantitativa de conteúdo, à análise do discurso mediático jornalístico e publicitário e à

análise semiótica visual de alguns dos anúncios.

Palavras-chave: Imprensa popular portuguesa; publicidade

Comandos numa encruzilhada - como o 25 de abril foi apresentado na revista da escola de comandos em Angola

Jair Rattner
ICNOVA
jair.rattner@gmail.com

Resumo

A maior parte das unidades militares destacadas para os territórios de combate durante a guerra colonial portuguesa (1961-1974) tinha publicações internas. Descritas na literatura internacional como jornais de soldados (soldier newspapers) ou jornais de trincheira (trench journals) e em Portugal denominados imprensa das unidades, este tipo de publicações tinha como objetivo criar espírito de corpo, justificar a guerra e dar aos soldados alguma informação sobre o que estava a ocorrer na metrópole e no mundo. Em Angola, o Centro de Instrução de Comandos também teve a sua revista, com o nome Comandos, impressa, com apenas 12 edições. A última delas foi em maio de 1974, sendo uma das poucas publicações militares após a Revolução dos Cravos. Editada por e dirigida à elite dos soldados do exército português, a força mais disciplinada de defesa do país e do regime, uma leitura da última edição desta revista mostra a perplexidade ante os

acontecimentos na metrópole. Por um lado, traz uma descrição factual de seis páginas dos acontecimentos da revolução em Lisboa. Por outro, dedica duas páginas à sua interpretação, com a cópia de uma entrevista que Marcello Caetano deu a um jornal brasileiro, a reprodução de uma entrevista do ex-presidente brasileiro Jânio Quadros a uma revista brasileira em que este atribui a guerra colonial à teimosia de Salazar, que não quis negociar com as forças guerrilheiras, e citações de uma entrevista do líder socialista Mário Soares à revista norte-americana Time. Além disso, em outras páginas da revista nota-se uma modificação do tom político. Se no número anterior da revista tinham sido publicados poemas que glorificavam o sacrifício dos soldados que davam a vida pela pátria, na última edição da revista Comandos aparece um poema mencionando direitos humanos e liberdade.

Palavras-chave: Imprensa das unidades; guerra colonial, comandos, revolução de 25 de abril

As Forças Populares 25 de Abril na imprensa portuguesa do século XX: uma retrospectiva ao modo como o fenómeno terrorista foi noticiado em Portugal

Ana Rita Alves
CIES/ ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
Rita.Alves@iscte-iul.pt

Resumo

O terrorismo é, desde os finais dos anos 60 e início da década seguinte, uma das realidades mais preocupantes com que as sociedades modernas se têm deparado. Ao contrário do que acontece em várias regiões do mundo, o fenómeno terrorista tem uma manifestação circunscrita em Portugal. Isto significa que ao longo da nossa história, é possível identificar alguns dos momentos chave, com princípio e fim bem definidos. Em Portugal, o aparecimento das Forças Populares 25 de Abril, dá-se seis anos após o derrube da ditadura. Quando, finalmente, o país caminhava na consolidação democrática, assemelhando-se cada vez mais ao modelo ocidental, seguido também por outros países, é surpreendido por uma força política radical que procurava uma nova forma de luta. Também o fim da ditadura,

trouxe abolição da censura e consigo uma nova esperança e prosperidade para os meios de comunicação social e, em particular para a imprensa, que veio registar uma nova explosão de títulos. Com esta comunicação propomo-nos aprofundar os estudos sobre as práticas jornalísticas do Portugal da época, perante um fenómeno tão atípico, de modo a contribuir para a história do jornalismo em Portugal. Para tal, fazem parte do nosso corpus empírico algumas publicações, como é o caso dos diários *A Capital*, *Diário de Lisboa* e *Diário Popular* e os semanários *O Diabo* e *Expresso*. Serão também tidas em conta entrevistas e outras informações a nível bibliográfico que contribuam e complementem o estudo.

Palavras-chave: Imprensa; terrorismo; FP-25; cobertura noticiosa; jornalismo

O discurso jornalístico português sobre feminicídio sob um viés histórico sociopolítico (2005-2020)

Pamela Peres Cabreira
IHC - NOVA FCSH
cabreiraperes@gmail.com

Resumo

Esta comunicação tem por objetivo abordar a maneira como é tratado na imprensa o feminicídio no país, sobretudo nos últimos quinze anos, onde o aumento tornou-se mais significativo, resultado, em parte, por um maior incentivo às denúncias e visibilidade da violência de género, ainda que insuficiente. Estima-se que neste período foram assassinadas mais de 500 mulheres, sobretudo por fatores ligados à violência doméstica. Durante quase cinco décadas de supressão de direitos e violência de Estado que afetaram ainda mais as mulheres, onde, por exemplo, o Código Penal autorizava o marido a assassinar a esposa se pega em flagrante em adultério, com um desterro de seis meses ou ainda a proibição no uso de contraceptivos e punição ao aborto em qualquer circunstância, sob pena de 2 a 8 anos de prisão. Estes exemplos são elucidativos na representação da mulher com um papel inferior nesta sociedade. Após a ruptura advinda com o 25 de Abril de 1974, a luta por mudanças se intensifica, seja nas formas espontâneas ou

organizativas que se sucederam nas posteriores décadas. Analisaremos, metodologicamente, notícias de jornais em formato *online* sobre o uso das palavras ao retratar um feminicídio, onde, na maioria dos casos analisados, a mulher acaba por ser o sujeito ativo nas manchetes, “mulher morta”, “pessoa morta” ou “foi morta”, afirmando a hipótese de abrandamento em muitas destas notificações sobre o assassino, ou na dificuldade de enfrentar o termo “feminicídio”, cunhado por Diana Russel em 1976. Utilizaremos também como balizador desta pesquisa, análises feitas pelo Observatório de Mulheres Assassinadas, da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), importante referencial para esta questão no país. Contudo, ainda enfrentamos uma retórica, um abrandamento nas questões sobre violência de género, sendo necessário, portanto, descortinar conceitos, realidades midiáticas e repensar estratégias de ação, começando pela imprensa, na reportagem destes casos.

Palavras-chave: Feminicídio; violência doméstica; género

16:30-18:00

**HISTÓRIA DO JORNALISMO
ICONOGRÁFICO E DO DESIGN DE MEIOS
JORNALÍSTICOS (3)**

**A sátira e a caricatura na imprensa
centenária portuguesa**

Ana Cristina Cruz
Associação Portuguesa de Imprensa
anacristina@apimprensa.pt

Resumo

A caricatura como representação gráfica de uma pessoa, ideia ou acontecimento interpreta, de forma distorcida e exagerada, características específicas, enquanto que a sátira, inicialmente desenvolvida de forma literária, incide mais sobre aspetos morais. Tanto uma forma como a outra tiveram nos caricaturistas, mais ou menos insidiosos, com mais ou menos texto, os retratistas de uma época.

A imprensa foi, desde sempre, um dos principais, senão mesmo o principal, suporte para veicular a crítica satírica como forma de ilustração noticiosa. Na maioria dos casos, esta arte expressava a revolta contra o poder, num movimento que oscilou entre a liberdade de imprensa e a censura e eram anónimas ou assinadas por pseudónimos. Com o evoluir dos tempos, esta arte alterou ligeiramente o seu

paradigma e assistimos a uma evolução mais estética do que agressiva e contra os poderes instituídos. Em Portugal, um dos maiores responsáveis por esta evolução estética foi no século XIX Manuel Maria Bordalo Pinheiro. Hoje, António, Sam, Luís Afonso ou Vasco Correia são os continuadores da forma de expressão que deu vida ao Zé Povinho.

Tendo como ponto de partida os trinta e cinco jornais centenários portugueses ainda em circulação, este trabalho pretende avaliar como evoluiu a sátira e a caricatura na Imprensa desde a sua data de fundação até aos dias de hoje, conhecer as várias épocas e principais acontecimentos através destas duas expressões e de que forma contribuíram para a aproximação dos leitores dessas publicações a esses acontecimentos.

Palavras-chave: Caricatura; sátira; imprensa centenária; ilustração; *cartoon*

Fotografia digital: mudanças no modo de ver e nas rotinas de produção dos fotojornalistas portugueses, no início de um novo milénio

Fátima Lopes Cardoso
Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa (ESCS-IPL), UAL e ICNOVA
mlcardoso@escs.ipl.pt

Resumo

O aparecimento do registo digital à entrada de um novo milénio veio, por diversos fatores, alterar o ato fotográfico e até o modo de ver dos fotojornalistas portugueses. Transferindo a analogia de guerra usada pelos fotojornalistas entrevistados para as rotinas de produção fotográfica, a geração “sniper” passou a partilhar o espaço de captura da imagem com a geração “metralhadora”. Enquanto na era do analógico, o momento de registo da imagem era um ato de concentração, sem espaço para o erro, uma vez que os rolos eram contabilizados, na era do digital, deixaram de existir constrangimentos no suporte quase infinito. De forma inconsciente, a racionalização de meios de suporte, que existiu em todo o século XX e até ao aparecimento do digital, deu origem a uma geração de fotógrafos que, em dois ou três disparos do obturador da câmara, conseguiam obter a foto

publicável. Ou seja, um “tiro certo”. Por outro lado, a geração que transitou ou nasceu no digital sempre teve consciência de que não é preciso limitar os registos fotográficos, pois podem ser quase infinitos. Na larga sequência de *frames* captados, estará “a foto”. Apesar desta aparente facilidade do digital, no momento de edição e tratamento da imagem, a tarefa tornou-se mais inglória. Esta apresentação, que surge da investigação de doutoramento “A Fotografia Documental na Imprensa Portuguesa: o real e o verosímil - Os últimos 30 anos de fotojornalismo em Portugal”, demonstra como o digital corresponde a um dos momentos de mais profunda mudança na história do fotojornalismo português e revela que transformações se viveram neste período, quer pela maneira como o fotógrafo passou a olhar e a posicionar-se perante o acontecimento como também pelas alterações nas rotinas de produção. Numa era que representou a democratização do próprio meio, fotógrafos profissionais tiveram de se tornar ainda mais corporativistas para proteger a sua área de trabalho das investidas dos amadores.

Palavras-chave: Fotografia digital; história do fotojornalismo; analógico vs. digital; ato fotográfico; modo de ver

Análise da evolução do Design de Informação nas infografias dos resultados das eleições legislativas: um estudo de caso dos jornais *Público*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*

Milton Cappelletti

IADE - Universidade Europeia

miltoncappelletti@gmail.com

Resumo

As eleições legislativas são um terreno fértil para a infografia, que encontram neste evento material para exercer todas as suas potencialidades. Indicar vencedores e vencidos, maiorias e minorias no hemiciclo, perdas e ganhos em assentos parlamentares e distribuição dos votos por concelho e distrito são algumas das informações que necessitam ser comunicados visualmente de maneira a contar a história. A infografia, como género jornalístico ou ferramenta informativa, consiste na representação de um conjunto de dados, informação, evento, fato, acontecimento ou tópicos através de uma combinação de códigos icónicos e verbais com o objetivo de facilitar, ampliar, detalhar ou simplificar uma informação. A sua presença e importância cresceram com a popularização da informação gráfica e com a evolução tecnológica, que permitiram a exploração de novas narrativas visuais. A

produção de infografias obedece uma série de processos amparados pelo Desenho de Informação, uma disciplina que rege os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos que envolvem a contextualização, planeamento, produção e interface gráfica da informação. Esta investigação tem como objetivo descrever e verificar a evolução do Desenho de Informação das infografias dos resultados das eleições legislativas em Portugal no jornalismo impresso. Para isto, utilizamos como objeto de estudo os jornais *Público*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias* e os seus trabalhos realizados para comunicar os resultados das eleições legislativas de 2009, 2011, 2015 e 2019. Utilizamos uma metodologia descritiva e qualitativa, com a qual pudemos observar e caracterizar os tipos de gráficos e elementos visuais utilizados, as estratégias para hierarquizar informação e a relação estabelecidas pelos dados para mostrar comparação, distribuição, evolução e relação entre os dados.

Palavras-chave: Infografia; design de informação; jornalismo; eleições

O ciberjornalismo de proximidade e a convergência possível numa redação de jornalistas: o caso da nova imagem digital do *Jornal da Beira* (Viseu, 1921-mantém publicação)

Paulo Bruno Alves
Escola Superior de Educação de Viseu -
Instituto Politécnico de Viseu
paulobruno@esev.ipv.pt

Resumo

O ciberjornalismo português assinala em 2020 um quarto de século. Mas, apesar dos muitos casos de sucesso, são 25 anos em que a fase experimental do ciberjornalismo ainda é visível, em especial em muitos jornais regionais, por via de um certo tradicionalismo das direções e pela falta de investimento em novas ferramentas digitais. É também neste meio que se enquadra a maioria dos órgãos noticiosos das dioceses, afetas à Igreja Católica, e concretamente o *Jornal da Beira* (1921-mantém publicação), semanário da diocese de Viseu.

Esta proposta de comunicação - cujo tema central se apresenta no título - tem como objetivos a apresentação geral do ciberjornalismo de proximidade, na convergência possível de uma redação de jornalistas, e o caso específico da nova imagem digital do *Jornal da Beira*, que foi apresentada, em janeiro de 2020, no

âmbito do início das comemorações do centenário do periódico.

O ciberjornalismo de proximidade em Portugal deve ser compreendido como parte integrante do nascimento e crescimento do próprio ciberjornalismo. O ciberjornalismo de proximidade promovido pelos jornais regionais traduziu-se, numa primeira fase, maioritariamente através da migração, para a *web*, de conteúdos publicados no título físico. O mesmo sucedeu com o *Jornal da Beira* que, no início da década de 2010, se lançou no mundo digital.

A metodologia aplicada tem duas partes: a) apresentar-se-á a história do ciberjornalismo de proximidade, no quadro de uma redação composta por jornalistas; b) será exposta e analisada detalhadamente a nova página *web* do *Jornal da Beira*. Os resultados e as conclusões a apresentar tentarão demonstrar as limitações e dificuldades inerentes a esse processo, num exemplo comum a tantos periódicos regionais, mas também a nova realidade daquele título no dealbar de 2020, com vista a alcançar novos públicos.

Palavras-chave: Ciberjornalismo; proximidade; convergência; Web